



OBSERVATÓRIO
da SOCIEDADE CIVIL



ORGANIZAÇÕES EM DEFESA
DOS DIREITOS E BENS COMUNS

Caminhos para um desenvolvimento justo

A SOCIEDADE CIVIL NA LINHA DE
FRENTE DA LUTA SOCIOAMBIENTAL



Caminhos
para um
**desen-
volvi-
mento
justo**

A SOCIEDADE CIVIL NA LINHA DE
FRENTE DA LUTA SOCIOAMBIENTAL



Sumário

5 Introdução

10 **Amazônia**

É preciso ouvir as comunidades tradicionais

26 **Semiárido**

Saber local: massificar as pequenas intervenções traz soluções efetivas

38 **Cerrado**

Garantir a água e frear o agronegócio predatório

56 **Grandes cidades**

Público ou privado: a quem pertence o espaço urbano?

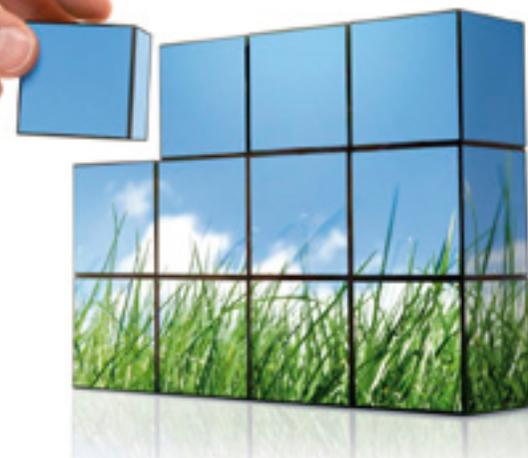


 **OBSERVATÓRIO**
da SOCIEDADE CIVIL

 **Abong** ORGANIZAÇÕES EM DEFESA
DOS DIREITOS E BENS COMUNS



Introdução



As crises ambientais têm se tornado cada vez mais comuns em nossas vidas. Do racionamento de água em São Paulo ao aquecimento e alterações no clima em escala global, passando pelo desmatamento na Amazônia, diversos problemas de cunho ambiental estão sempre entre as preocupações de nosso dia-a-dia, tornando-se um dos grandes debates de nosso tempo.

Estas e outras questões, na visão das organizações da sociedade civil ouvidas neste livro, se relacionam por ter uma causa comum: o modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade atual. Sustentado pela exploração predatória dos recursos naturais e pelo incentivo ao consumismo desenfreado, este modelo torna real a possibilidade de um colapso ambiental.

A questão diz respeito ao nosso próprio modo de vida e passa por coisas cotidianas, como o que fazemos com nosso lixo e que tipo de alimentos escolhemos comer, até questões mais abrangentes, como o modelo de geração da energia elétrica que consumimos e os impactos na natureza e nas populações tradicionais da forma como empresas aproveitam recursos naturais na Amazônia ou no Cerrado. Ou seja, a forma como vivemos, trabalhamos, viajamos, produzimos, tudo isso faz parte do modelo de desenvolvimento – e é isso que os movimentos querem modificar.

A luta dessas organizações e movimentos sociais é permeada por uma questão: será que não há outro modo de organizar a economia e a sociedade que leve a uma relação mais sustentável com a natureza sem produzir injustiças sociais? O desafio, além da busca por alternativas, é mudar o próprio conceito de desenvolvimento da sociedade.

O objetivo prioritário do atual modelo é o crescimento da economia, cujo índice de mensuração num país é o PIB (Produto Interno Bruto). Quanto mais produz, quanto mais vende, melhor seria o país, melhor estaria a sua economia. Neste contexto, desenvolvimento torna-se sinônimo de aumento da riqueza. “O critério de verificação de desenvolvimento de um país é produção e consumo de bens e não a qualidade de vida da população. Se o critério é esse, todos os esforços serão para produzir mais e para comercializar mais. Se diminuir a venda de carros, a mídia divulga como se o país não estivesse crescendo. É a imagem de um trem indo para abismo”, diz Ivo Lesbaupin, da direção executiva da Abong e da ISER Assessoria – Religião, Cidadania e Democracia.

“A própria ideia de desenvolvimento nos foi imposta e colonizou as nossas cabeças”, analisa Cândido Grzybowski, diretor do Ibase. Para o sociólogo, a questão é pensar em uma economia que não tenha como condição o crescimento e o lucro. “Temos que buscar uma economia baseada em outros princípios, não somente crescer para gerar lucros, o que só serve para o acúmulo de quem já é detentor de riquezas”.

O diretor do Ibase não concorda com a metodologia de medir o crescimento e lembra que outros índices poderiam ser levados em consideração, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apesar de o mesmo também conter problemas. “O Ibase está investindo na criação de indicadores de cidadania e de direitos. Os dados produzidos pelo governo não têm esta perspectiva dos direitos”.

Em função desse quadro, o próprio reconhecimento da crise ambiental tem sido difícil, apesar de já sofremos as suas consequências. “Há uma campanha paga pelas grandes empresas — por meio de produção científica — para colocar em dúvida se as causas das mudanças climáticas e o aquecimento global têm alguma relação com as atividades humanas”, acrescenta Ivo.

Nesse cenário, o progresso defendido pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) não é fazer obras em detrimento de comuni-

dades e ecossistemas. É necessário mudar o paradigma que prioriza o lucro para outro em que a qualidade de vida da população venha em primeiro lugar. “A questão é ir mais fundo nas causas do problema, ou seja, não discutir mudanças climáticas por si, mas quais são as causas estruturais que estão provocando as mudanças climáticas e, obviamente, encarar o debate de modelo de desenvolvimento”, coloca o diretor executivo da Abong.

O papel das Organizações da Sociedade Civil

As OSCs têm sido, ao lado de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras populações diretamente atingidas, as principais protagonistas dessa discussão, promovendo debates, produzindo conhecimento e trabalhando ao lado de movimentos sociais para cobrar o Poder Público. “Nas últimas décadas, o papel das organizações tem sido de chamar a atenção para a crise, denunciar que a causa é o modelo de desenvolvimento”, explica Ivo.

Principais vítimas desse modelo, os povos e comunidades tradicionais são os mais negligenciados no planejamento das grandes obras, na avaliação de Adriana Ramos, diretora executiva da Abong e integrante da secretaria executiva do Instituto Socioambiental (ISA). “Os impactos que estas comunidades irão sofrer são minimizados em comparação à energia que será gerada e ao crescimento econômico que se obterá.”

Um exemplo dessa desvalorização acontece no campo do conhecimento. Apesar dos povos indígenas e quilombolas saberem a melhor forma de usar os recursos das florestas, “muitas vezes estes modos tradicionais de viver, que deveriam ser fonte de aprendizado — numa perspectiva sustentável — são ignorados e busca-se o desenvolvimento por meio de grandes obras que irão beneficiar uma população que vive em outra região”, complementa Adriana.

A tarefa da sociedade civil não é fácil, uma vez que opor-se a esse tipo de desenvolvimento é opor-se à marcha do próprio capitalismo, na avaliação do geógrafo britânico David Harvey. “Creio que em certo momento temos que nos tornar anticapitalistas e construirmos um tipo alternativo de sociedade, baseada em relações humanas diferentes e em diferentes estruturas sociais”, disse em evento realizado em Recife (PE), no final de 2014.

O objetivo desta reportagem especial do Observatório da Sociedade Civil, projeto realizado pela Abong, é levar ao público parte das ideias, propostas e práticas inovadoras que estão sendo desenvolvidas pelas Organizações da Sociedade Civil brasileiras.

São quatro capítulos, cada um enfocando a atuação de organizações em um território fundamental do Brasil: a Região Amazônica, impactada pelo desmatamento e pela construção de grandes hidrelétricas; o cerrado, principal ambiente da expansão do agonegócio de exportação; o semiárido, onde a marca da sociedade civil aparece nas cisternas que ajudam a conviver com a seca; e as grandes metrópoles, territórios onde vive grande parte de nossa população e que concentram inúmeros problemas ambientais.

Os capítulos deste livro buscam mostrar os problemas enfrentados em cada contexto geográfico e as ações desenvolvidas para enfrentá-los. Indicam também como todas estas situações estão interligadas mais diretamente do que se imagina, tanto no que diz respeito aos desafios quanto às soluções. Isso fica claro quando pensamos no desmatamento do cerrado, que afeta o fluxo de rios que cortam todas as regiões do país, ou na opção do governo federal pelas hidrelétricas para gerar a energia que consumimos, ameaçando povos e ecossistemas na Amazônia.

Mas essa conexão aparece também quando olhamos para as soluções propostas, todas com um sentido próximo: ouvir, construir junto, respeitar e fortalecer os polos mais frágeis de cada situação. Esse tipo de ação une a totalidade das experiências desenvolvidas pelas OSCs e movimentos, seja ao ressignificar os conhecimentos dos antigos moradores do semiárido, ao cobrar espaços de participação nas cidades ou defender o direito de serem consultados que têm os povos atingidos por grandes obras.

Como disse o linguista e ativista estadunidense Noam Chomsky em artigo traduzido recentemente pelo site Carta Maior, “não é que não haja alternativas. As alternativas somente não estão sendo levadas em conta. Isso é perigoso. Então, se me perguntar como o mundo estará no futuro, saiba que não é uma boa imagem. A menos que as pessoas façam algo a respeito. Sempre podemos”.

Veja nas próximas páginas alguns exemplos do outro desenvolvimento possível.





Venezuela Guiana Suriname Guiana Francesa Roraima Amapá

Amazônia



Rondônia Mato Grosso Bolívia

**É PRECISO OUVIR
AS COMUNIDADES
TRADICIONAIS**



A pesar de ter voltadas para si as atenções de movimentos ambientalistas de todo o mundo, a Amazônia segue com sua preservação ameaçada. Até hoje, já foram desmatados, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), 700.000 km² da floresta, o que equivale à área de 23 Bêlgicas, ou 17 Holandas, ou ainda 172.839.500 campos de futebol.

Esse número tende a aumentar em decorrência de diversos interesses que hoje atuam na região: grandes agricultores atrás de novas terras, empresas nacionais e internacionais em busca dos minérios do subsolo amazônico e tudo com apoio ou o olhar indiferente do Estado brasileiro. Este, aliás, é responsável pela principal ameaça hoje ao bioma: os projetos de hidrelétricas, que por si só geram diversos impactos ambientais e sociais, dificultando e até mesmo impedindo o modo de vida de povos e comunidades tradicionais da região.

A grandiosidade da Amazônia aparece de todo jeito que você olha. O futuro da floresta determina a vida de cerca de 24 milhões de pessoas que residem na **Amazônia Legal**, entre elas mais de 310 mil indígenas. O bioma abrange 59% do território brasileiro, distribuído por 775 municípios e representa 67% das florestas tropicais do mundo. Se fosse um país, a Amazônia seria o sexto maior do mundo em extensão territorial. Um terço das árvores do mundo estão na região, além de 20% da água doce, de acordo com dados do Imazon.

Tudo isso está sendo ameaçado por grandes empreendimentos econômicos e energéticos. Nesse contexto, o papel de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais é fundamental para denunciar os problemas e também para colaborar com a busca de soluções sustentáveis.

A Amazônia, assim como outros biomas e regiões, necessita de planejamento e de ações que consigam dar conta de toda a sua diversidade ambiental e humana. Para isso, é fundamental ouvir a população que ali vive, respeitando os seus conhecimentos e as suas tradições.

As comunidades e os povos tradicionais, historicamente, utilizam os recursos naturais sem comprometer a viabilidade da floresta. Mais que isso: quando estes grupos sociais têm espaço no debate político, eles assumem um papel fundamental de conter ou, no mínimo, amenizar a onda de devastação que afeta a Região Amazônica. A preservação das florestas passa, portanto, pela garantia dos direitos territoriais destes grupos, que detêm um vasto conjunto de saberes e práticas relacionadas ao uso sustentável dos recursos naturais.

Amazônia Legal

O conceito de "Amazônia Legal", no Brasil, foi criado em 1966 e abrange nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão e do Mato Grosso. Trata-se de uma área voltada para planejamento e desenvolvimento econômico, concentrando atividades econômicas como agricultura, extrativismo e pecuária.

Arquivo IEB



Terras quilombolas

Terras quilombolas são áreas ocupadas e conquistadas historicamente por grupos relacionados à resistência e memória da população afrodescendente brasileira. São territórios e comunidades constituídos em decorrência do processo de escravidão e que desenvolveram modos de vida característicos nas diferentes regiões do país. Hoje, o Brasil conta mais de 2 mil comunidades remanescentes de quilombos, muitas ainda lutando pelo direito de propriedade de suas terras, garantido pela Constituição de 1988.

Mesmo desempenhando esse papel central, indígenas, quilombolas e ribeirinhos têm seus direitos ignorados no planejamento das grandes obras. É o caso, recentemente, das usinas hidrelétricas de Belo Monte e do rio Tapajós. O mesmo ocorre com a Mineração Rio do Norte, empresa formada na década de 1960 por corporações nacionais e estrangeiras, como Vale e Alcoa, que atua na extração de bauxita. A mineradora realiza projetos em Oriximiná, no Pará, em áreas que incidem em **terras Quilombolas**, sem ao menos avisar as comunidades do entorno – contrariando o direito à consulta prévia à população atingida, garantido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinada pelo Brasil. “Os impactos que estas comunidades irão sofrer são minimizados pelo governo e empresas em comparação à energia que será gerada ou ao crescimento econômico que se obterá”, comenta Adriana Ramos, secretária-executiva do ISA e membro da diretoria executiva da Abong.

O desenvolvimento desejado pelas organizações e populações da Amazônia é uma alternativa ao modelo predatório, que destrói o meio ambiente e que conta, atualmente, com



poder político e econômico significativo para definir os rumos da região. “Estima-se que os setores que hoje promovem o desenvolvimento sustentável movimentam um orçamento de cerca de R\$ 70 milhões, enquanto o orçamento dos setores que promovem a destruição da Amazônia é da ordem de R\$ 700 milhões. Portanto, estamos falando de uma disputa extremamente desigual”, diz Ailton Dias dos Santos, diretor técnico do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), organização associada à Abong.

Nesse sentido, organizações que atuam no território apontam também para a importância de haver o controle social do dinheiro investido na região e cobram mais transparência dos governos e das empresas envolvidas em grandes empreendimentos, como as hidrelétricas. Adriana avalia que houve uma mudança no discurso tanto do governo quanto das empresas, incorporando a questão da sustentabilidade. Contudo, “concretamente não temos exemplos de propostas de desenvolvimento que não estejam baseadas na destruição da floresta em larga escala, no agronegócio e na indústria”.

Buscando alternativas

Dentro deste cenário de inúmeros interesses econômicos e políticos, vários atores sociais buscam alternativas de desenvolvimento e de geração de renda para as comunidades locais, valorizando a cultura da floresta e a diversidade sociocultural. Um exemplo é o projeto “Caminho do Melhor Negócio da Castanha”, iniciativa da Cooperativa do Quilombo (CEQMO) de Oriximiná e da Comissão Pró-Índio de São Paulo, associada à Abong, que beneficia dezenas de comunidades quilombolas do município paraense de Oriximiná, localizado em uma região conhecida como Calha Norte na Amazônia. Com o objetivo de tornar a coleta e venda da castanha, atividade tradicional da região, mais rentável e atraente para as atuais e futuras gerações de quilombolas, o projeto trabalha com o manejo adequado da terra, valorização da biodiversidade e da cultura quilombola, além de trabalhar a autonomia das comunidades, que deixaram de depender dos atravessadores para vender as castanhas.

A primeira etapa do projeto (2000-2006) coordenou o trabalho dos castanheiros para que estes tivessem melhores condições de comercializar a produção diretamente com as usinas de beneficiamento do produto. A criação de uma **cooperativa**, em 2005, foi um dos resultados. Com a proposta, os quilombolas passaram a questionar a relação de exploração que envolve a cadeia produtiva da castanha.

Um exemplo ocorre na forma de compra da castanha pelos usineiros. Antes do projeto, não havia pesagem nem nenhum outro tipo de padrão para definir a remuneração dos castanheiros: eles recebiam um valor por caixa (fornecida pelas usinas) que enchiam, sem qualquer controle de sua própria produção. “Essa discussão gerou a exigência, por parte dos quilombolas, do uso de uma caixa com medida padrão para comercializar a sua produção. Antes eram utilizadas caixas maiores, o que prejudicava os extrativistas”, relata Lúcia Andrade, coordenadora executiva da Comissão Pró-Índio de São Paulo. O projeto também proporcionou melhor remuneração para os quilombolas. O valor pago pela caixa de castanha (42 litros) subiu de aproximadamente R\$ 8,00 em 2001 para cerca de R\$ 34,00 em 2005.

Atualmente, o trabalho está na segunda etapa, cuja meta é conseguir que os quilombolas tenham, nos próximos anos, uma pequena usina de beneficiamento da castanha. O terreno para a construção foi doado pela Prefeitura de Oriximiná, o que é um exemplo simples de como o Poder Público, seja federal, estadual ou municipal, pode participar da construção de um

Cooperativa

Cooperativa é uma associação de pessoas que trabalham pela obtenção do bem comum de suas comunidades. As atividades dependem, portanto, da coletivização do trabalho, voltado para as necessidades das pessoas associadas. A estrutura política e organizacional das cooperativas é democrática, desconstruindo relações de trabalho padrão. O modelo cooperativista está presente em muitos assentamentos rurais que trabalham por uma produção agrícola mais sustentável e pautada pela noção de comunidade.



modelo mais sustentável para o desenvolvimento da região.

Iniciativas como o “Caminho do Melhor Negócio da Castanha” precisam do suporte de políticas públicas para que consigam se manter a longo prazo. Cabe ao Estado assegurar políticas para apoiar os quilombolas e as demais comunidades tradicionais no desenvolvimento sustentável de seus territórios. “As políticas e os programas atualmente existentes são insuficientes para atender os quilombolas ou não contemplam as particularidades dessas populações”, pontua a coordenadora da Pró-Índio.

A construção de alternativas de renda para as famílias que vivem nas florestas, os povos indígenas, seringueiros e agricultores familiares também é um dos focos de atuação da organização Pacto das Águas. Entre as atividades desenvolvidas estão a formação de agentes multiplicadores de conhecimento, indígenas e não-indígenas, o acompanhamento técnico para a incorporação de boas práticas de manejo às atividades produtivas e a certificação orgânica dos produtos extrativos, além do apoio para a comercialização de produtos florestais pelos próprios povos tradicionais.

A primeira etapa do projeto encerrou suas atividades em 2010 e conseguiu a reativação da produção de borracha em seringais nativos nas terras indígenas Erikptsá, Japuíra e Es-

condido, no noroeste do Mato Grosso. Outra frente de trabalho teve como foco a coleta da castanha: de acordo com o site da organização, só na safra de 2007-2008 os povos indígenas extraíram 60 mil toneladas de castanha e, entre 2008-2009, coletaram 40 mil toneladas.

A educação ambiental voltada para a conservação dos recursos naturais e para a gestão ambiental e territorial é outro objetivo da segunda fase do Pacto das Águas, somada ao fortalecimento das lideranças e associações da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt e das terras indígenas da região noroeste do Mato Grosso.

Outra organização que desenvolve ações na Amazônia buscando o fortalecimento das comunidades locais é o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). A organização atua nos estados do Pará, Amazonas e Amapá, realizando atividades de formação com as comunidades da Amazônia para viabilizar a gestão responsável dos recursos naturais, por meio do programa “Liderar”, voltado à capacitação de lideranças locais. Os cursos são realizados com turmas de 15 pessoas, pelo período de um ano, nos quais as lideranças recebem uma bolsa-auxílio. Além disso, a entidade busca fortalecer as organizações locais para dialogar com o poder público, ampliando o impacto social e ambiental das políticas que favorecem a sustentabilidade dos recursos naturais.

O projeto Formar Florestal também atua na capacitação de lideranças locais, muitas vezes privadas da educação formal. O curso, com oito meses de duração e turmas de 20 pessoas, é baseado na alternância pedagógica, na troca de saberes e valorização do conhecimento das alunas e dos alunos. O curso aborda aspectos técnicos, organizacionais, políticos e culturais do Manejo Florestal Comunitário. Mais de 100 candidatos se inscreveram para a turma de 2015 do curso.

Outra linha de atuação da entidade é o manejo e a gestão territorial, que são instrumentos que estabelecem os limites de exploração dos recursos naturais de modo a não comprometer a sustentabilidade das florestas. Para isso a entidade desenvolve desde 2012 o projeto “Formar PNGATI” (sigla de **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas**), um curso que busca fortalecer as práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais. “Representam, portanto, ferramentas ou instrumentos de governança no sentido de evitar o uso predatório dos recursos naturais e a degradação florestal”, enfatiza Ailton Dias dos Santos, diretor do instituto.

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída por decreto presidencial em junho de 2012, é um conjunto de diretrizes e objetivos para orientar as ações governamentais e fortalecer as iniciativas indígenas com o objetivo de “garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural”

Mudanças na geração de energia: a busca pela justiça social

Com o argumento de que a construção de novas usinas hidrelétricas é a solução para as necessidades energéticas do país, o governo federal investe pesado na construção de mais usinas. Estão previstas 23 hidrelétricas para a Região Amazônica até 2023, de acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia de 2023 – que mostra os investimentos que serão feitos para gerar energia, do Ministério de Minas e Energia. Por outro lado, organizações e movimentos sociais lutam para mostrar os impactos ambientais e sociais ocasionados por essas grandes obras e cobram a implementação de um outro modelo de geração de energia.

Para Ivo Poletto, assessor nacional do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social (FMCJS), o combate às causas das mudanças climáticas, cujas consequências são sentidas principalmente na vida da parcela mais pobre da população, passa pela mudança no modo de produção da energia elétrica que consumimos. O FMCJS é uma articulação permanente de movimentos, entidades e pastorais com o objetivo de compreender o fenômeno das mudanças climáticas e os seus efeitos na vida dos mais pobres.

O governo prevê, até 2023, investimentos de R\$ 1,263 trilhão no setor de energia. Destes, apenas 9,2% são para as **fontes renováveis: eólica, solar e biomassa**. Atualmente, a geração de energia está concentrada nas hidrelétricas, termelétricas e usinas nuclear, em um sistema centralizado de produção, distribuição e venda. O ideal, na avaliação de Poletto, é utilizar diferentes modelos de forma descentralizada, isto é, produzida próxima do local em que será consumida. “E sempre com a participação das comunidades em sua implementação”, lembra o assessor nacional do FMCJS.

Os impactos ocasionados pela construção de novas usinas hidrelétricas são inúmeros, desde o alagamento de áreas extensas de floresta e a imposição de deslocamentos e alterações nos modos de vida de comunidades tradicionais até a exploração dos recursos naturais de forma predatória.

Wilson Cabral de Sousa Junior, professor e pesquisador da Divisão de Engenharia Civil do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), aponta outros problemas, tão ou mais graves, causados pela instalação das usinas: o aumento das emissões de carbono (substância que é a principal causa do aquecimento global), a alteração da fauna aquática e mudanças em am-

Fontes renováveis: eólica, solar e biomassa

Fontes renováveis de energia são aquelas que utilizam recursos naturais que, por possuir capacidade natural de renovação, não se esgotam, e que podem existir em plena harmonia com o meio ambiente, já que seus produtos finais não são poluentes. Entre elas, podemos citar a Energia Eólica, que tem origem na força dos ventos; a Energia Solar, proveniente da luz do sol; e a Biomassa, que provém da queima de matéria orgânica, como bagaço da cana-de-açúcar, palha de milho, serragem, entre outros.

bientes de vivência de povos indígenas e **comunidades tradicionais**. Estes impactos não são exclusivos de Belo Monte e se repetem em cada obra: “trata-se de um *modus operandi* que se tornou comum na Amazônia”, diz Wilson.

Além dos impactos sociais e ambientais, as hidrelétricas também são economicamente inviáveis, segundo estudo da Universidade de Oxford, da Inglaterra. Em média, as hidrelétricas em todo o mundo estouram o orçamento e ficam 96% mais caras do que o previsto no início das obras. O estudo analisou 245 megabarragens, construídas em 65 países entre 1934 e 2007, e descobriu que 90% das usinas ficaram mais caras do que o orçamento inicial.

Mesmo com todo esse quadro desastroso para a região, as obras continuam a ser realizadas. “O governo, como empreendedor, suplantando prerrogativas legais e impondo uma visão reducionista de desenvolvimento, ignora ou minimiza impactos socioambientais, e força a emissão de licenças sem os devidos encaminhamentos e garantias”, completa o pesquisador.

A maior hidrelétrica em construção até o momento é a de Belo Monte, no rio Xingu, localizada na cidade de Altamira, no Pará. Outros nove municípios também serão afetados pelo alagamento causado pela usina, segundo a Eletronorte: Anapu,

Comunidades tradicionais

Comunidades ou povos tradicionais são grupos que possuem características culturais, históricas, religiosas e socioeconômicas próprias e que buscam a manutenção de sua organização social de forma independente de interesses externos. Desse modo, são povos que objetivam recuperar o controle sobre o território que exploram para o bem do próprio grupo e que trabalham por um baixo impacto ambiental e pela preservação da natureza.

Arquivo OPAN



Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. De acordo com a Articulação Xingu Vivo, estes municípios perfazem uma área total de mais de mais de 25 milhões de hectares, correspondendo a cerca de 20% do estado do Pará. Cerca de 70% desta área é constituída de unidades de gestão especial: unidades de conservação, terras indígenas, terras quilombolas e áreas militares. Mais de 300 mil pessoas vivem na região, que tem como elementos integradores a rodovia Transamazônica e o rio Xingu. A bacia do Xingu é habitada por 24 etnias que ocupam 30 terras indígenas, 12 no Mato Grosso e 18 no Pará. Todas estas populações serão direta ou indiretamente afetadas à medida que o Xingu e sua fauna e flora, além do seu entorno, forem impactados pela usina.

A obra já foi questionada na Justiça, por meio de várias ações movidas pelo Ministério Público Federal do Pará, mas sem resultado até aqui. “O sistema político e jurídico no Brasil na maior parte das vezes menospreza a prerrogativa de ação do Ministério Público. Nas instâncias superiores do Judiciário, quem julga as ações são os servidores muitas vezes indicados pelo poder Executivo”, explica Wilson.

O mais grave, na avaliação do professor, é a forma como as decisões são tomadas. “Trata-se de um desprezo pelos princípios democráticos, estabelecidos nos códigos mais importantes do país, como a Constituição brasileira. O processo decisório é destituído de transparência e de possibilidades de controle social.”

É para garantir a transparência e fazer valer seu direito de ser ouvido pelo Estado que se levanta o movimento de resistência indígena Ipereg Ayu, formado por caciques, mulheres, jovens estudantes e guerreiros da etnia munduruku. Após o governo federal anunciar a intenção de construir a Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós, o movimento se organizou para exigir que o direito à consulta prévia, livre e informada, garantido pela Constituição de 1988 e pela Convenção 169 da **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, seja cumprido.

A convenção estabelece que os povos e comunidades tradicionais devem ser consultados previamente sobre qualquer projeto, empreendimento ou mesmo legislação que tenham seus interesses envolvidos. Além disso, devem ter acesso a todas as informações sobre os impactos dos projetos e sua opinião deve ser ouvida em sua língua de origem. Apesar disso, as populações atingidas pela construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (rio Madeira) ou Belo Monte (rio Xingu) nunca foram consultadas.

Convenção da OIT

As convenções fazem parte de um sistema de normas internacionais desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que abrange todos os países membros e suas organizações de empregadores e trabalhadores. As convenções, sendo tratados internacionais, possuem o objetivo de impactar positiva e efetivamente as condições e práticas de trabalho ao redor do mundo.

Arquivo IEB



Para buscar ferramentas para mudar essa história, os munduruku buscaram antes de tudo conhecimento e aliados. Assim, procuraram organizações parceiras para formular um processo de capacitação sobre a Convenção 169 e o direito à consulta prévia. Com esse objetivo, dez organizações se uniram ao Ministério Público Federal (MPF) do Pará para atender à solicitação do Iperege Ayu, que nasceu a partir da compreensão de que o Tapajós livre é fundamental para a manutenção da vida e da cultura do povo munduruku. Durante uma semana, o diálogo “Consulta prévia, livre e bem informada: um direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia” ministrou oficinas sobre a Convenção 169 em três comunidades que vivem às margens do Tapajós, na Amazônia paraense.

Foram três oficinas, sendo uma em português, para a comunidade de Machado, no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Montanha e Mangabal, na cidade de Itaituba (PA), e duas com tradução para a língua munduruku, na aldeia Waro Apompu e na aldeia do Mangue. Como resultado,



os mundurukus concluíram um documento que estabelece como o governo brasileiro deverá consultá-los sobre o projeto da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no oeste do Pará, e sobre qualquer tipo de obra que impacte suas vidas e seus territórios. Entre várias determinações, o Protocolo de Consulta define que os mundurukus não aceitarão a presença de homens armados durante a consulta e não aceitarão ser removidos de seus territórios.

“O que percebemos durante esse processo todo, que culminou com a entrega do Protocolo Munduruku na Secretaria-Geral da Presidência da República, em janeiro de 2015, é um completo desconhecimento do tema por parte dos atingidos e uma completa falta de interesse do governo federal em ouvir essas populações conforme a Constituição Federal e a Convenção 169”, destaca Marquinho Mota, coordenador de projetos do Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), uma das organizações que realizaram o projeto. “Podemos observar uma imensa mobilização das aldeias e comunidades pela garantia de seus direitos básicos. Observamos também um enorme desejo de resistir ao projeto da usina hidrelétrica, assim como uma tentativa descarada do governo tanto de cooptar lideranças (indígenas e extrativistas) quanto de criminalizar a resistência (seja ela das populações ou das organizações que as apoiam)”, denuncia.

O projeto é formado por integrantes do MPF e das organizações da sociedade civil FAOR, FASE, Artigo19, Tapajós Vivo, Movimento Xingu Vivo, International Rivers, Projeto Nova Cartografia Social, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Amazon Watch, além do Greenpeace Brasil e do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A mobilização dos mundurukus, com intenso apoio de organizações da sociedade civil, mostra um caminho para a construção de um modelo mais justo para a Amazônia. Respeitar os direitos e os saberes das comunidades que vivem no local é um ponto que não pode ser deixado de lado por um Estado que se pretenda democrático.

Nesse contexto, o papel das organizações é atuar como intermediárias, levando a voz dos povos atingidos até mais perto dos poderosos e da sociedade em geral. A frase de Ivo Poletto, do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social, se aplica a todas elas: “a justiça social defendida pelo Fórum será alcançada, por exemplo, quando as pessoas e a natureza afetadas por desastres socioambientais forem reconhecidas como portadoras de direitos que devem ser garantidos por todos aqueles que provocam as mudanças climáticas”, conclui.

PARA SABER MAIS

ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS

■ **Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)**

<http://faor.org.br/>

Rede mista de entidades populares, OSCs e movimentos sociais, tem como missão intervir nas políticas públicas econômicas, sociais e ambientais desenvolvidas no âmbito da Amazônia Oriental.

■ **Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social (FMCJS)**

<http://fmclimaticas.org.br/>

Projeto que visa a fortalecer o funcionamento de uma rede de organizações da sociedade civil que trabalham com o tema das mudanças climáticas na América Latina e cobrar responsabilidade ambiental do poder público.

■ **Imazon**

<http://imazon.org.br/>

Instituto de pesquisa que promove o desenvolvimento sustentável na Amazônia através de estudos, formulação de políticas públicas, disseminação de informações e formação profissional.

■ **Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)**

<http://www.iieb.org.br/index.php/o-ieb/apresentacao/>

Instituição dedicada à formação e capacitação de pessoas e ao fortalecimento de organizações nas áreas de recursos naturais, gestão ambiental e territorial e outros temas relacionados à sustentabilidade.

■ **Instituto Socioambiental (ISA)**

<http://www.socioambiental.org/pt-br>

Organização da sociedade civil que propõe soluções para questões sociais e ambientais focando na defesa de direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos.

■ Pacto pelas Águas

<http://pactodasaguas.org.br/pt/pagina-inicial.html>

Nasceu do desejo de seringueiros, povos indígenas e agricultores familiares da Amazônia de construir alternativas ao modelo de ocupação predominante nessa região, caracterizado pelo avanço do Arco do Desmatamento sobre a Floresta Amazônica.

■ Projeto “Caminho do Melhor Negócio da Castanha”

<http://www.quilombo.org.br/#!o-caminho-do-melhor-negocio/cbqb>

Desenvolvido pela Cooperativa do Quilombo (CEQMO) em parceria com a Comissão Pró-Índio de São Paulo, tem como objetivo dar condições para a instalação de unidade de beneficiamento de castanha-do-pará, reposicionar quilombolas nessa área e tornar a atividade rentável para esse segmento.

MATERIAIS DE REFERÊNCIA

■ Plano Decenal de Expansão de Energia de 2023 (PDE)

<http://www.epe.gov.br/Estudos/Paginas/default.aspx?CategoriaID=346>

Projeto do Ministério de Minas e Energia (MME) que prevê investimentos de R\$ 1,3 trilhão nos próximos anos para garantir o abastecimento energético do país.

■ Protocolo de Consulta Mundukuru

<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/munduruku-decidem-como-deverao-ser-consultados-sobre-hidreletricas-e-obras>

Documento elaborado pelos indígenas mundurukus, do Vale do Tapajós, que estabelece como o governo brasileiro deverá consultá-los sobre o projeto da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no oeste do Pará, e sobre qualquer tipo de obra que impacte suas vidas e seus territórios.





Semiárido



**SABER LOCAL:
MASSIFICAR AS PEQUENAS
INTERVENÇÕES TRAZ
SOLUÇÕES EFETIVAS**



Coronéis

Coronéis são latifundiários ou comerciantes que possuem expressivo poder político e, conseqüentemente, privilégios para alcançar seus interesses financeiros. O coronelismo, como é chamado o sistema que favorece tais grandes proprietários, existe desde as primeiras invasões de terras nordestinas ocupadas inicialmente por pequenos produtores rurais. Trata-se, portanto, de um grupo que representa o conservadorismo e as tradições patriarcais e arcaicas da agropecuária no Brasil. Como forma de manter seu poder político, os coronéis manipulam o voto da população mais pobre por meio de ameaças, violência ou mesmo troca de favores, elegendo, desse modo, os candidatos que os favoreçam.

A terra é seca, tão seca que o chão é formado por rachaduras, coberto por ossos de animais mortos. Essa cena povoa a imaginação da sociedade brasileira em relação ao Semiárido, muito por conta de reportagens sobre a seca no sertão. Contudo, o trabalho de organizações locais tem trazido importantes mudanças nesse cenário e diferentes conquistas para a região — que cobre partes de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e Maranhão. O trabalho mostra que o sertão rico e produtivo é possível e viável, desde que o conhecimento dos moradores locais seja respeitado. Mais que isso: que estes saberes sejam decisivos na decisão dos rumos a serem tomados.

Ao longo dos anos, o modelo de desenvolvimento que marcou a configuração da região esteve orientado por uma lógica de concentração do acesso à terra e à água. Conseqüentemente, pela exclusão de milhares de famílias. Os chamados “**coronéis**”, ricos donos da terra e do poder político, controlavam o acesso à água, que tratavam de barganhar por votos nas eleições. Com isso, a dominação de determinados grupos políticos e familiares se perpetuava e as famílias continuavam reféns desta situação.

Ao longo do tempo, as soluções governamentais para a situação passaram por obras, grandiosas e caríssimas, sempre deixadas para depois. É o caso da transposição do rio São Francisco, único rio perene que corta a região: a ideia surgiu durante o reinado de Dom Pedro II, no século XIX, e esteve em discussão em diversos governos, até começar a ser realizada na gestão de Lula.

No entanto, baseadas em sua história de trabalho no auxílio, organização e capacitação dos povos que vivem no sertão, as organizações da sociedade civil que atuam na região defendem que grandes obras centralizadas não são solução para o problema principal da região: garantir água para as pessoas que lá vivem, e não para empreendimentos industriais e do agronegócio. Pelo contrário, o segredo está em pequenas ações espalhadas pelo território, próximas das pessoas. Isso somado à valorização da sabedoria local e das potencialidades que a região oferece.

Essa mudança de atuação na região faz parte da chamada “convivência com o Semiárido”, lema da Articulação para o Semiárido (ASA), rede de entidades que completou 15 anos de existência e conta com mais de mil organizações associadas.

Atuando na base, ouvindo e aprendendo com a população local, essas organizações protagonizaram nas últimas décadas

mudanças estruturais significativas nas estratégias de promoção do desenvolvimento no Semiárido. Elas romperam com a lógica de grandes obras hídricas e abriram caminho para a ideia de descentralizar o acesso à água.

O resultado deste trabalho é uma mudança na paisagem da região, bem diferente do cenário que boa parte do país imagina. “Para se chegar a esse resultado foi preciso muita mobilização social e pequenas obras descentralizadas de acesso à água, as chamadas cisternas, que atendem as populações excluídas desse direito”, explica Luciano Marçal da Silveira, coordenador da organização AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, entidade que integra a ASA.

Essa descentralização, ao mesmo tempo que permite ampliar a oferta e autonomia do acesso à água, serve de motor para estimular as pequenas comunidades a se organizarem para buscar novas soluções para outros problemas. “Há uma combinação feliz entre processos coletivos de mobilização e

ASAcorn



formação que vem se desdobrando em múltiplas ações que vão além do acesso à água”, diz Luciano. Essa organização atua para fortalecer o povo e enfraquecer o domínio dos poderosos que dominaram a região por séculos, que antes controlavam o acesso à água – situação que persiste em alguns locais.

O salto na qualidade de vida foi possível porque camponeses e camponesas aprenderam com a região e estruturaram a “convivência com o Semiárido”. “Observaram cada folha, cada movimento de nuvens, o canto dos pássaros, por séculos aprenderam os sinais que a natureza lhes dava e através destes conformaram uma dinâmica de vida na região”, exemplifica Luiz.

Nas últimas décadas, as organizações da sociedade civil estão realizando uma releitura desta dinâmica, agora com novas tecnologias e novos conhecimentos, porém guardando a essência da convivência com os biomas e ecossistemas, transformando o que chamavam de “inimigo” em grande aliado.

“As tecnologias sociais, produzidas, desenvolvidas e experimentadas no decorrer deste tempo por milhares de organizações comunitárias e sociais são a base de um tripé que ainda tem na educação e na organização social a produção de outro modelo de desenvolvimento, que respeita as culturas e se estrutura numa outra perspectiva de produção e consumo”, conta Luiz Cláudio Mandela, da coordenação colegiada da Cáritas Brasileira. Para ele, a convivência com o Semiárido nada mais é do que um novo modelo de desenvolvimento, construído por meio da mobilização e ação da sociedade local.

A ASA estruturou sua atuação na proposta de instalar 1 milhão de cisternas na região, lançada pela articulação na Declaração do Semiárido Brasileiro, de 1999. Dela, nasceram o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa 1 Terra, 2 Águas (P1+2). Esses programas passaram a receber ajuda do governo federal em 2003, o que permitiu ampliar o seu alcance. O primeiro programa, com cisternas de 16 mil litros, atende ao consumo humano. Ao todo, foram mais de 650 mil cisternas construídas até aqui.

Após esta primeira etapa, foi implementado o programa dirigido para a produção de alimentos (P1+2), que construiu 80 mil cisternas nos últimos oito anos. O projeto, que combina cisternas de 52 mil litros, tanques de pedra e barragens subterâneas, visa à segurança alimentar das famílias, que passam a ter mais opções de alimento no prato. Além disso, permite que haja produção até mesmo em períodos de seca. E a produção excedente pode ser comercializada localmente.

“Só o acesso à água para consumo próprio já traz qualida-

de de vida e saúde para as famílias. Além disso, rompe com as relações de **clientelismo**, históricas na região. Outro fator importante é a diminuição do trabalho penoso de buscar água, que ficava a cargo das mulheres, que agora passam a ser protagonistas na produção dos alimentos”, avalia Luciano da AS-PTA.

Troca de saberes

A estratégia adotada para desenvolver a região tem como pilar a sabedoria local, que por muitas gerações foi desconsiderada pelas abordagens convencionais de desenvolvimento. A constatação de quem realiza os trabalhos no sertão é de que as soluções para conviver com a região dependem de ações locais e do fortalecimento das pessoas que vivem ali.

Dentro desta estratégia, a chamada educação contextualizada – processo de aprendizagem que considera as particularidades do ambiente – tem papel fundamental. Essa educação vai além das salas de aula: está no quintal das famílias. Os

Clientelismo

Clientelismo é a prática utilizada por alguns candidatos a cargos políticos para obter votos. Encarando os eleitores como clientes, os candidatos seguem uma política de troca de favores, na qual suas ações e projetos são realizados de acordo com o interesse de pessoas específicas, garantindo a escolha do candidato.

Diaconia



Cáritas



Patrimônio genético

Patrimônio genético são informações de origem genética na forma de moléculas, presentes em espécies vegetais, fúngicas, microbianas ou animais, coletadas em determinado território nacional. Segundo a Medida Provisória 2.186-16/2011, o acesso ao patrimônio genético do Brasil necessita autorização da União, assim como a fiscalização de seu uso, comercialização e aproveitamento, qualquer que seja a finalidade. A classificação de espécies como patrimônio genético visa garantir sua proteção, conservação e uso benéfico para o país.

alunos aprendem os potenciais e as belezas de sua região e, com isso, passam a defender sua preservação. “Os Institutos Federais (IF) estão tomando consciência e tentando incluir conteúdos apropriados na educação dessa região. O próprio Instituto Nacional do Semiárido (INSA) está nessa linha. Há resistências, mas já estamos melhor que no passado”, comenta Roberto Malvezzi, escritor e voluntário na Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Juazeiro, Bahia.

Partindo do princípio de que todo o conhecimento disponível e acumulado pelos sertanejos e sertanejas nas diferentes regiões do Semiárido pode ser compartilhado, a ASA realiza o intercâmbio de técnicas entre agricultores/as de diferentes regiões. “Já realizamos mais de 1.400 visitas de intercâmbio entre agricultores em todo o Semiárido e mais de 1.500 boletins foram elaborados com o objetivo de multiplicar esse conhecimento”, contabiliza o coordenador da AS-PTA. As trocas de saberes têm diferentes temas, desde a criação de animais e plantas medicinais, até o processamento de frutas e outros produtos.

Essas práticas trazem evidências da viabilidade do Semiárido. As famílias que se inseriram nessa troca de conhecimento conseguem inovar em outras práticas como, por exemplo, na estocagem de feno, o que propicia a alimentação do rebanho no período de seca, bem como a criação de aves, ovelhas e cabras. As sementes dos produtos típicos da região também são estocadas de forma com que esse **patrimônio genético** seja conservado, o que também garante a produção agrícola mesmo em períodos de seca.

Esse é mais um exemplo da importância do conhecimento local, valorizado e fomentado pelas OSCs. É fundamental saber aproveitar economicamente a vasta biodiversidade da caatinga, sempre de forma responsável com o meio ambiente. Há exemplos de pequenas indústrias de umbu e maracujá do mato em Uauá, município no sertão da Bahia, que exportam seus produtos para vários países. A produção de mel é outra possibilidade. “Um conjunto de **comunidades de fundo de pasto** em Casa Nova, Bahia, mesmo na seca, produz 30 toneladas de mel”, conta Roberto.

A transposição do Velho Chico: mais do mesmo

Na contramão de todo esse conhecimento acumulado pelas comunidades e organizações locais, a transposição do rio São Francisco é a reinauguração de uma estratégia convencional para o desenvolvimento do Semiárido, baseada em grandes obras centralizadas. “O empreendimento se apresenta como solução, constrói no imaginário da população que todos serão beneficiados. Mas vemos pela história da região que este tipo

Comunidades de fundo de pasto

São populações tradicionais que vivem a partir de uma perspectiva comunitária de uso da terra e de recursos naturais, desenvolvendo uma boa adaptação e convivência com o bioma Semiárido, em contraposição ao sistema produtivo baseado na monocultura de exportação. Por exemplo, os animais são criados livremente, facilitando seu acesso a água e comida.

Cáritas



Adutoras

Adutoras são sistemas de tubulação usados para abastecimento de água. As adutoras podem transportar água de reservatórios até locais de tratamento ou para redes de distribuição.

de empreendimento não foi capaz de atender a população dispersa no território como um todo”, avalia Luciano. A defesa da transposição como solução atende a interesses econômicos específicos e poderosos, como os polos industriais construídos no Ceará para a produção de camarão no Rio Grande do Norte, que demanda alta quantidade de água, entre outros exemplos de atividades econômicas que serão beneficiadas.

Organizações locais e movimentos sociais, como a Articulação Popular São Francisco Vivo (APSF), defendem que há melhores alternativas do que a transposição. Entre as opções estão a captação de água das chuvas para o meio rural e as **adutoras** previstas para o Nordeste no Atlas Brasil, publicação produzida pela Agência Nacional das Águas (ANA) que analisa a oferta de água para a população em cada região do país e propõe alternativas técnicas para garantir o abastecimento para o meio urbano. São mais baratas, têm capilaridade e chegam no destino prioritário que são as pessoas.

A transposição está sendo feita de dois grandes eixos que vão levar água do rio São Francisco para os açudes do chama-



do Nordeste Setentrional, abrangendo os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. “A promessa agora é que essa água será distribuída por adutoras para as populações urbanas. É bom lembrar que essas obras de distribuição não estão sequer com projetos elaborados, o que dá para perder de vista no tempo se forem mesmo efetivadas”, comenta o integrante da CPT. No projeto, está previsto que 70% dessa água irão para a irrigação, 26% para a indústria e o meio urbano e 4% para o meio rural.

O maior problema do projeto, no entanto, é o risco que ele oferece para o próprio São Francisco. O rio vem perdendo vazão e vive uma intensa crise, que tem relação direta com o modelo de desenvolvimento. Com a expansão do agronegócio, o cerrado perdeu a capacidade de reter água e isso impacta diretamente o rio São Francisco. “A vazão dos rios Amazonas, Paraná e São Francisco depende da água do cerrado e o padrão de ocupação do meio rural pelo agronegócio promove profundas transformações das redes hidrográficas do país, sinais claros da crise desse modelo de desenvolvimento”, finaliza Luciano.

Para revitalizar a bacia do rio São Francisco, a APSV avalia ser necessário decretar uma moratória do uso de suas águas e solos, evitar a expansão de novos projetos na bacia, iniciar a recomposição das matas ciliares e de áreas inteiras de recarga dos aquíferos, implementar o saneamento, etc.

A tarefa não é fácil, mas possível, como mostra o caso do rio dos Cochos, afluente do São Francisco que fica no município de Januária, no norte de Minas Gerais. Após anos de avanço da agricultura sobre as terras de suas margens, o rio secou, prejudicando oito comunidades que viviam de suas águas.

Um grupo de moradores, então, se organizou para modificar a situação. Com apoio da Cáritas, entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário, ligada à Igreja Católica, e com apoio de técnicos Estado, realizaram uma série de ações para a revitalização do pequeno rio.

O primeiro passo foi convencer os moradores das comunidades que era possível salvar o rio e convocá-los a ajudar no trabalho. Com isso, cercaram as margens do rio em seus 12km de extensão, deixando que as matas ciliares retomassem o espaço que fora ocupado pela agricultura.

O próximo passo foi trabalhar para fortalecer o lençol freático, as águas subterrâneas que alimentam o rio dos Cochos. Orientados pelos técnicos, construíram várias barraginhas, tecnologia social que recolhe a água das chuvas e impede que ela

Ana Lira



vá diretamente para o rio. Assim, a água passou a penetrar mais o solo, fortalecendo os reservatórios subterrâneos. Resultado: o rio voltou a correr, ajudando a manter a vida e a produção das comunidades.

O caminho, como se vê, é conhecido, mas não tem sido trilhado, colocando em risco a própria existência do São Francisco. O biólogo José Alves, professor da Universidade do Vale do São Francisco, afirma na introdução da obra *Flora das Caatingas do São Francisco* que o Velho Chico, como é conhecido o rio, está inexoravelmente condenado à morte. Ele e outros, como o professor Altair Salles, da Universidade Católica de Goiás, afirmam que a decadência do São Francisco está vinculada à decadência e extinção do cerrado. É tudo interligado: sem o cerrado não existe o São Francisco – e o cerrado, na visão de Altair, não existe mais.

Essa, no entanto, não é a visão de centenas de organizações e movimentos sociais que lutam pela preservação do bioma. No próximo capítulo veremos alternativas agroecológicas e socialmente justas que se contrapõem à expansão desenfreada do agronegócio, baseado no latifúndio e na utilização exagerada de agrotóxicos.

Mas o princípio está correto: tudo está interligado. É uma realidade que o insustentável modelo de desenvolvimento predominante hoje em nossa sociedade, que trata cada local como uma oportunidade isolada de lucro, insiste em ignorar. E que o trabalho das organizações da sociedade civil teima em divulgar.

PARA SABER MAIS

ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS

■ **Articulação para o Semiárido (ASA)**

<http://www.asabrasil.org.br/portal>

Rede formada por cerca de mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região do Semiárido.

■ **Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA)**

<http://aspta.org.br/>

Associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

■ **Cáritas Brasileira**

<http://caritas.org.br/>

Entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário.

■ **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**

<http://www.cptnacional.org.br/>

Comissão de caráter pastoral, que busca fazer o trabalho de base junto aos povos da terra e das águas, como convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria.

MATERIAIS DE REFERÊNCIA

■ **Declaração do Semiárido Brasileiro (de 1999)**

http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=104

Criada durante o Fórum Paralelo da Sociedade Civil, em 1999, no Recife, foi uma iniciativa da sociedade civil organizada e atuante na região do Semiárido brasileiro. A Declaração se consolida enquanto articulação e propõe a formulação de um programa para construir 1 milhão de cisternas na região.

■ **Atlas Brasil**

<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx>

Coordenado pela Agência Nacional de Águas (ANA), o Atlas Brasil consolida um amplo trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das áreas urbanas em todo o país.



Cerrado

**GARANTIR A ÁGUA E
FREAR O AGRONEGÓCIO
PREDATÓRIO**



Problema de abastecimento de água sofrido na região sudeste do país

As principais fontes de água do Sudeste do país estão secando, colocando em risco a vida das pessoas da região, além de suas atividades socioeconômicas. Entre os fatores que ameaçam a segurança hídrica da população estão as mudanças climáticas, agravadas pela falta de proteção ao meio ambiente. Uso inadequado do solo, urbanização intensa e desmatamento em regiões de mananciais são algumas das causas. Mais do que isso, a má gestão dos recursos hídricos pelo poder público e a falta de planejamento e desenvolvimento de saneamento básico e tratamento de esgoto eficiente são apontadas como fatores principais para a falta de água.

Considerado o celeiro do Brasil, principalmente por conta da grande produção de grãos, o Cerrado enfrenta atualmente o seu maior desafio: garantir a sua própria existência. Apesar de ocupar 21% do território brasileiro e estar presente em 14 estados, o bioma ficou esquecido na discussão sobre a necessidade de preservação ambiental. O número de fazendas de soja e gado têm aumentado e, com isso, o uso de agrotóxicos. Como consequência, nos dias de hoje, resta menos de 20% do bioma preservado.

Soma-se a isso o aumento da violência, acirrada pelos conflitos fundiários, que envolvem principalmente populações indígenas, que não têm seu direito ao território respeitado e garantido pelo governo federal.

Nesse cenário conflituoso, organizações da sociedade civil defendem a ampliação da agroecologia como forma de garantir o desenvolvimento sustentável para a região, melhorando as condições de vida das populações tradicionais e reivindicando a preservação do Cerrado.

O bioma é estratégico para todos os ecossistemas brasileiros, pois é o berço das águas. Nele nascem os rios que formam as seis principais regiões hidrográficas do Brasil – sobretudo o ameaçado São Francisco, que corta o Nordeste do país; a bacia do Paraguai-Paraná, que passa por Sudeste e Centro-Oeste; e a bacia do Araguaia-Tocantins, que alimenta parte da região Norte. Dessa forma, a sua destruição pode estar relacionada com o **problema de abastecimento de água sofrido na região Sudeste do país.**

O Cerrado é rico em biodiversidade – 6 mil espécies de plantas, 200 espécies de mamíferos, 800 espécies de aves e 1,2 mil espécies de peixes, segundo dados do ICMBio. Tido como uma floresta invertida, possui raízes profundas capazes de aguentar

Cristiano Navarro



João Inácio Wenzel



secas duras e prolongadas que, ao mesmo tempo, são responsáveis pela alimentação dos **aquíferos**.

Apesar de toda essa riqueza, impressiona a agilidade com que a soja e outras monoculturas têm avançado em áreas do Cerrado, segundo Fátima Moura, coordenadora regional da ONG Fase no Mato Grosso. “O avanço da soja tem ido até municípios do Pantanal, como Poconé. Os grandes fazendeiros estão drenando áreas para o plantio da soja”, detalha.

Luiz Zarref, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Goiânia, argumenta na mesma direção. “Diferentemente do que diz o discurso oficial, a agropecuária tem se expandido no Cerrado graças à incorporação de novas áreas, não por causa do desenvolvimento tecnológico”, denuncia.

Vale notar que essa expansão é feita com grande apoio do poder público estadual e até federal. O investimento público na

Aquíferos

Aquíferos são formações geológicas capazes de armazenar a água subterrânea, por exemplo, água das chuvas que infiltra no solo. Desse modo, são potenciais fontes de abastecimento, fornecendo água para poços artesanais e nascentes.

construção e ampliação de estradas na região, como o projeto de ampliação de rodovias do governo federal, é pensado para favorecer o comércio destes grãos, em sua maioria para exportação.

Um dos argumentos utilizados pelos governos para o massivo apoio ao agronegócio é sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) — que, em estados como Mato Grosso, é formado na maior parte pelos resultados desta atividade econômica. Contudo, não são contabilizados nestes cálculos os recursos públicos usados para ampliar as estradas, o dinheiro empregado em financiamentos para os grandes produtores e o capital investido na área da saúde para tratar os problemas relacionados ao uso excessivo de agrotóxicos. Isso sem falar nos incentivos fiscais que a indústria de equipamentos para o agronegócio recebe por décadas e décadas para se instalar em determinada região, com financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a juros baixos, entre outros incentivos com recursos públicos.

Para piorar, todos esses incentivos não se traduzem na cria-

Raul Spinassé



ção de emprego e renda para a população. De acordo com o Censo Agropecuário de 2009, o agronegócio mantém 4,2 milhões de pessoas ocupadas, apenas 25,3% dos empregos no campo. Em contraposição, a **agricultura familiar**, que recebe muito menos investimentos governamentais, emprega muito mais: são 12,3 milhões de pessoas trabalhando em pequenas propriedades, o que corresponde a 74,4% de todos os empregos da área rural.

Isso leva a outro impacto negativo relacionado a este modelo de desenvolvimento: a concentração da população expulsa do campo em poucas cidades, principalmente nas capitais, e a falência ou o esvaziamento das cidades do interior. Segundo Zarref, como o agronegócio não emprega, não propicia a circulação de mercadorias na região e cria condições climáticas ruins, essas cidades tendem a se tornar entrepostos de silos, portos, ferrovias e rodovias, enquanto a população se aglomera nas metrópoles.

A população expulsa do campo, por conta de conflitos com o agronegócio ou mesmo por falta de incentivos para se manter em sua terra, vai parar nas periferias das grandes cidades, na grande maioria das vezes vivendo em situação difícil. “A maioria dessas pessoas não tem qualificação profissional para trabalhar na área urbana e acaba em trabalhos braçais. Temos problemas com a juventude se envolvendo em crime, uso de drogas, ocorre uma vulnerabilização desses sujeitos em termos de perspectiva de futuro mais digno”, avalia Luís Carrazza, secretário executivo da Central do Cerrado, central de cooperativas sem fins lucrativos estabelecida por 35 organizações comunitárias de sete estados brasileiros e que faz parte da Rede Cerrado, plataforma que congrega mais de 300 organizações da sociedade civil que atuam na promoção do desenvolvimento sustentável e na conservação do Cerrado.

O acesso ao território por povos e comunidades tradicionais e também por agricultores familiares é dificultado por estas questões políticas e econômicas, na avaliação de Carrazza. “Temos grande preocupação com a conservação do Cerrado, dos povos e dos modos de vida tradicionais. Precisamos de conservação ambiental realizada a partir das pessoas, ocupando o espaço de forma harmônica, gerando desenvolvimento econômico, social, manutenção da cultura e da biodiversidade, valorizando as práticas e o mercado local. Isso tudo em contraponto a esse modelo desenvolvimentista que vem e suga tudo daquele lugar para mandar o resultado da produção para o exterior”, comenta.

Agricultura familiar

Agricultura familiar é uma forma de produção rural baseada na diversificação dos alimentos e apoiada na mão de obra familiar, ou seja, realizada pelas próprias famílias que ocupam e vivem nas terras usadas para cultivo. Diferente da produção massiva dos latifúndios, a agricultura familiar acontece em pequenas propriedades e é a principal responsável pela produção de alimentos no Brasil.

Segundo Lola Campos Rebollar, coordenadora técnica da Operação Amazônia Nativa (Opan), o modelo do agronegócio é excludente e inviabiliza qualquer diálogo entre as diversas formas de pensar, produzir e viver nos territórios. Ao mesmo tempo, a hegemonia de um único modelo pressiona as sociedades indígenas do Cerrado para adotar esse modelo “monocultural” em suas terras.

Lola destaca ainda que projetos hidrelétricos também preocupam as entidades que trabalham no Cerrado. É o caso da Bacia do Juruena, onde a Opan atua historicamente, que abrange 29 municípios no Mato Grosso. Nela se encontram 20 terras indígenas que protegem juntas 4 milhões de hectares – não apenas de Cerrado, mas também da floresta amazônica. Todas as cabeceiras dos rios que formam a bacia do Juruena já foram alvo de inventários hidrelétricos.

Nesse cenário, a luta pela conservação ambiental do Cerrado e pelo investimento no desenvolvimento sustentável se faz, hoje, com articulações entre pequenos agricultores, ambientalistas, indígenas, comunidades tradicionais, academia, setores governamentais, etc. “Os desafios para a preservação do bioma são inúmeros e não há mais como continuar desvalorizando o Cerrado, pois ele é estratégico para as águas e comunidades deste país”, explica a coordenadora técnica da Opan.

Commodities

Commodities são mercadorias – geralmente matérias-primas – direcionadas à exportação e, por isso, produzidas em larga escala. Por serem comercializadas em nível mundial, seus preços são negociados na Bolsa de Valores Internacionais e dependem da oferta e demanda do mercado. No Brasil, algumas *commodities* importantes para a economia são soja, milho, laranja, minério de ferro e petróleo, entre outras.

Agronegócio x agroecologia: investimentos desiguais

Além de gerar a maior parte dos empregos no campo, a agricultura familiar tem outros números para mostrar sua vantagem em relação ao agronegócio exportador. A maior parte dos alimentos que vai para a mesa das famílias brasileiras vem da agricultura familiar: 70% do total. Apesar disso, o setor recebe pouco investimento se comparado ao montante destinado ao agronegócio. O governo federal faz investimentos no agronegócio da ordem de R\$ 156,1 bilhões, conforme previsto no Plano Safra 2014/2015. Por outro lado, a agricultura familiar receberá R\$ 24,1 bilhões em financiamentos.

As organizações que trabalham no Cerrado consideram o lançamento pelo governo federal do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e a criação de alguns conselhos e comitês interministeriais para debater o tema medidas irrisórias perante o incentivo dado ao agronegócio e à indústria dos agrotóxicos. “A agricultura empresarial produz *commodities* que são destinadas para a exportação e, na ponta, alimentam

Vanessa Acioly



Igor de Carvalho



basicamente gado, porco e aves dos países que já destruíram tudo e não têm área para plantar. E isso com um nível de subsídio extremamente alto, além de um custo social e ambiental para a população altíssimo, que não é computado nessa produção”, analisa Luís Carrazza.

Pensar em uma política voltada para a saúde da população passa, necessariamente, por viabilizar a produção de alimentos saudáveis, isto é, sem adição de agrotóxicos e pesticidas. Portanto, é preciso valorizar o trabalho realizado pelos pequenos produtores. Nesse sentido, é importante desenvolver as cadeias produtivas regionais, considerando os produtos da agricultura familiar e os da biodiversidade nativa. No Cerrado, por exemplo, existe uma diversidade de frutas pouco conhecidas, como o pequi e a cagaíta. “Dá pra vislumbrar um modelo muito mais inclusivo, que respeite a cultura local, mantenha a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos que a região proporciona. Essa escolha me parece muito mais estratégica do que financiar um modelo que concentra a terra, concentra a renda e acirra a ex-

Insegurança alimentar e nutricional

Insegurança alimentar e nutricional corresponde a uma situação de vulnerabilidade e de restrição ao direito de acesso regular e permanente a alimentação de qualidade. Uma vez que coloca em risco a saúde das pessoas, a falta de alimentos, em quantidade e qualidade, compromete outras necessidades essenciais aos seres humanos.

clusão social e a desigualdade”, aponta o secretário-executivo da Central do Cerrado.

A organização tem entre suas associadas cooperativas que participam de programas sociais do governo federal que apontam caminhos para a construção desse novo modelo. Trata-se de iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), ações consideradas bem sucedidas pelas organizações.

Por meio do PAA, o governo adquire alimentos de pequenos agricultores que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os destina para “pessoas em situação de **insegurança alimentar e nutricional**, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens”, segundo o site do Ministério do Desenvolvimento Social. De forma semelhante, o Pnae articula a compra de alimentos de pequenos produtores e a destina para a merenda das escolas,

Maria Aparecida



promovendo alimentação saudável para as crianças. Com isso, os programas conseguem atuar em dois objetivos: combater a fome com alimentos saudáveis e fortalecer a agricultura familiar, garantindo a venda de ao menos parte da produção dos pequenos produtores.

“Com esse programa, resolveu-se o problema de viabilizar a comercialização da produção do agricultor familiar, que muitas vezes está isolado no interior, sem acesso a crédito”, explica Carrazza. Após doze anos de programas, a rede avalia que eles ajudaram a estruturar a produção de boa parte da agricultura familiar, sobretudo por meio da criação de associações e de cooperativas de produtores. “Na Central do Cerrado, que é uma rede de cooperativas, a gente comercializa produtos regionais para clientes que há 20 anos a gente nem imaginava. Trabalhamos com restaurantes de alta gastronomia, vendendo produtos como pequi, baru, babaçu e outros. Restaurantes de renome no Brasil e fora daqui, porque o mercado quer novidade e esses produtos estão sendo cada vez mais valorizados”, comenta secretário-executivo da Central do Cerrado.

No entanto, mesmo estes programas bem sucedidos apresentam problemas sérios, como mostra uma pesquisa realizada entre os anos de 2011 e 2013 pelo Fórum Matrogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), que congrega 32 organizações da sociedade civil para debater questões socioambientais e divulgar alternativas. O estudo constatou que as famílias moradoras de assentamentos da reforma agrária distantes 70 a 150 quilômetros dos centros urbanos têm dificuldade de ter acesso aos programas sociais do governo federal, como o PAA, Pnae e Pronaf. Os assentamentos também não tinham infraestrutura e eram cercados por estradas péssimas e, portanto, sem viabilidade comercial. Fora isso, os assentados sofrem inúmeras pressões dos sojicultores para vender ou arrendar o lote de terra.

A falta de incentivo e investimento para a agricultura familiar está nas políticas governamentais, mas também aparece em outros setores, como a universidade. A formação e a pesquisa são voltadas para desenvolver técnicas e profissionais para o agronegócio, reforçando o preconceito de que a produção agroecológica é atrasada. “Sou zootecnista de formação, estudei cinco anos numa faculdade pública em São Paulo, e aprendi a criar boi, frango, no sistema industrial. Não aprendi a criar frango no quintal, bezerro mamando na vaca. As universidades estão a serviço do modelo empresarial e industrial, assim como o principal centro de pesquisa em agropecuária do país, a Embrapa (Empresa Brasi-

Produção agroecológica

A agroecologia é uma alternativa sustentável à agricultura convencional, respeitando os recursos naturais e o meio ambiente. Nesse sistema, a produção compactua com princípios ecológicos como a não utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Além disso, promove o respeito e manutenção de conhecimentos tradicionais em relação aos manejo dos recursos naturais e um desenvolvimento justo e inclusivo no setor.

leira de Pesquisa Agropecuária)”, comenta Carraza.

Com essa opção política de nossa sociedade pelas grandes propriedades exportadoras, todos perdem. A agricultura familiar, entre outros benefícios, promove uma dinamização das economias locais. “Normalmente as famílias que vêm para o acampamento ou estão em grave situação de insegurança alimentar ou vivem nas cidades com alimentação industrializada de baixa qualidade. Quando o MST chega em um município e conquista o assentamento, rapidamente a realidade da região muda”, conta Zarref. Além de dinamizar a economia, a produção das famílias desenvolve uma diversidade de alimentos. Onde havia apenas gado, soja e milho, passam a ser produzidos inúmeros tubérculos, cereais, frutas, proteína animal, etc.

A garantia do acesso à terra para o pequeno produtor, com condições para que ele consiga produzir e comercializar sua produção, é uma das bandeiras defendidas pelas organizações da sociedade civil que atuam na região do Cerrado. Segundo Zarref, o ideal não é uma reforma agrária clássica, que apenas distribui terras, mas sim uma reforma agrária popular, que garanta **produção agroecológica**, conservação ambiental, educação no campo e qualidade de vida.

Os assentamentos já conquistados precisam de incentivos para se desenvolver, trabalhando com a matriz agroecológica, com a conservação e aproveitamento do Cerrado e com o manejo correto dos recursos hídricos. “Com o apoio dos governos, esses assentamentos rapidamente se tornarão grandes

Inácio Werner



polos de produção de alimentos saudáveis. Muitos assentamentos já têm se tornado referência produtiva e de qualidade de vida, mas muitos também podem alcançar esse nível se os governos priorizarem a reforma agrária no lugar do agronegócio”, argumenta Zarref.

Produtos envenenados

Vários países do mundo, principalmente europeus e asiáticos, estão revendo a liberação de **transgênicos** e proibindo os princípios ativos de diversos agrotóxicos. No Brasil, no entanto, a força econômica e política do agronegócio tem levado o povo brasileiro a se alimentar com produtos envenenados. Os agrotóxicos são responsáveis pela contaminação de lençóis freáticos, do solo e do ar. “Não há ainda uma legislação que proíba ou, ao menos, controle a pulverização da área. É uma prática de alto impacto ambiental e na saúde das populações”, relata Luiz Zarref. Cerca de dez princípios ativos banidos em outros países ainda são comercializados no Brasil e, nos últimos anos, o país tem sucessivamente batido recordes mundiais no consumo de venenos agrícolas, embora não seja o maior produtor agrícola mundial. O motivo do Brasil ter se tornado o país que mais consome agrotóxicos está intimamente ligado às monoculturas transgênicas e ao agronegócio, na avaliação do integrante do MST.

A coordenadora da Fase MT, Fátima Moura, denuncia as pressões e as ameaças que as entidades locais recebem ao

Alimentos transgênicos

Alimentos transgênicos são aqueles modificados geneticamente em laboratório para adquirir características mais atrativas, com o objetivo de gerar mais lucro ao mercado. São cruzamentos que não acontecem naturalmente e que podem prejudicar a saúde das pessoas e o meio ambiente. O modelo de produção e plantação de alimentos transgênicos privilegia os grandes fabricantes agroquímicos e prejudicam a biodiversidade agrícola.



Agrotóxicos

Agrotóxicos são produtos e agentes químicos, físicos ou biológicos que alteram a composição da fauna e da flora, eliminando plantas e animais que desfavorecem a produção agrícola em larga escala e tornando-a mais lucrativa. Usados como pesticida, sua composição pode afetar seriamente o meio ambiente, contaminando solos e lençóis freáticos e causando danos à saúde humana.

denunciar o uso excessivo de **agrotóxicos**. “O uso desses produtos é um problema de saúde pública. Nós, que estamos na campanha contra o seu uso, muitas vezes, recebemos ameaças. Nós utilizamos o Fórum Matrogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento para realizar as discussões e dar visibilidade aos impactos dos agrotóxicos por meio de publicações e para não sermos identificados individualmente. É uma forma de nos proteger das ameaças.”

A estratégia de ação do Formad é a denúncia dos impactos socioambientais provocados pelo atual modelo de desenvolvimento, por meio de estudos e pesquisas. O foco do fórum é o monitoramento de políticas públicas socioambientais do Mato Grosso, procurando incidir em espaços de decisão, como Conselhos Participativos, para exercer controle social. “Outro espaço de pesquisa e de denúncia importante é o trabalho realizado pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Mato Grosso, que monitora os impactos negativos causados pelos agrotóxicos na saúde de trabalhadoras e trabalhadores e no meio ambiente”, exemplifica João, secretário executivo do Formad.

Povos indígenas

Os recursos do Cerrado, assim como as roças tradicionais, estão intimamente ligados à vida espiritual e social dos povos indígenas que habitam a região, que sofrem com os conflitos fundiários envolvendo o agronegócio.

Um caso emblemático é o da Terra Indígena Marãiwatsédé. Homologada pelo governo federal em 1998 com 165 mil hectares, permaneceu com 90% de seu território ocupado ilegalmente por fazendeiros e posseiros não indígenas, majoritariamente criadores de gado e produtores de soja e arroz, até 27 de janeiro de 2013. Essas atividades são responsáveis por um dos maiores desmatamentos em áreas protegidas do estado do Mato Grosso: 45% da mata nativa já foi destruída, como aponta o Relatório 2010 do Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE) do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

A desintrusão, isto é, a retirada dos posseiros que ocupavam o local ilegalmente, gerou muitos conflitos na região e se estendeu de setembro de 2012 a 27 de janeiro de 2013. Contudo, no ano de 2014 novas invasões foram denunciadas pelos indígenas, que sofreram também com queimas criminosas.

Os xavantes de Marãiwatsédé, que retomaram parte de seu território em 2013, iniciaram um trabalho de recuperação da terra, considerada a terra indígena mais devastada da Amazô-

Cristiano Navarro



nia Legal. Desde 2008, o grupo de mulheres coletoras xavantes integra a Rede de Sementes do Xingu por meio da Articulação Xingu Araguaia (AXA), da qual a Operação Amazônia Nativa faz parte. As comunidades, em parceria com a Opan, investiram no plantio de mudas nativas, no reflorestamento de cabeceiras e na recuperação de áreas degradadas.

Desenvolvida pelo Instituto Socioambiental (ISA), a Rede de Sementes do Xingu (RSX) nasceu, em 2007, para atender a demanda por sementes de espécies nativas que começou a surgir a partir do trabalho de restauração iniciado em 2006 no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu. A ideia é simples: organizar povos indígenas para coletar sementes nativas e vendê-las para agricultores e outros interessados (ou obrigados por lei) em reflorestar seus territórios.

A rede se fortaleceu no contexto da Articulação Xingu Araguaia e funciona como um fio condutor, aproveitando e fortalecendo a capilaridade dos trabalhos desenvolvidos pelas instituições parceiras ao longo do eixo da BR-158, nas bacias dos rios Xingu e Araguaia. O projeto abrange os biomas do Cerrado e da Amazônia.

Hoje, a RSX está em 22 municípios, 11 aldeias e assentamentos de Mato Grosso, entre eles a Terra Indígena Marãiwatsédé.

Até a safra de 2011, a rede comercializou aproximadamente 71 toneladas de sementes, gerando R\$ 639 mil de renda para seus 300 coletores, indígenas, quilombolas e agricultores familiares.

Além de participar da RSX, a Opan trabalha atualmente com foco na Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), criada por decreto presidencial em junho de 2012. A organização busca fortalecer a gestão dos povos indígenas sobre suas terras e a organização interna das comunidades para dialogar com outros grupos indígenas, com o Estado e outros atores da sociedade.

“O que tem acontecido nesse processo de repensar o modelo de desenvolvimento nos territórios é uma crescente demanda de apoios para a vigilância territorial e a produção sustentável dentro das terras indígenas. No Cerrado, concretamente, realizamos ações para melhorar o manejo e a comercialização de produtos como o mel, o pequi, além de investirmos no enriquecimento de quintais (com diversas espécies como caju, mangaba, urucum, pequi, jatobá, buriti etc.) e nas roças tradicionais. Tudo isso promete manter o Cerrado em pé e caminha na direção da soberania alimentar”, explica Lola.

Outro caso grave de conflito por terras indígenas tem como vítimas os guarani-kaiowás do Mato Grosso do Sul. Nos últimos anos, diversos relatórios nacionais e internacionais, de organiza-

Mel Mendes



ções da sociedade civil, como a Anistia Internacional e a Survival, têm apontado essa situação como um dos maiores desafios atuais do governo brasileiro na área dos direitos humanos. Hoje, os povos guarani e kaiowá do estado somam 43,4 mil pessoas, segundo o IBGE (2010), divididas em 30 terras indígenas e em pouco mais de 30 acampamentos localizados nas beiras de estradas e nos fundos das fazendas. Mas os índices de violência estão concentrados na Terra Indígena de Dourados, na qual cerca de 15 mil índios dividem um espaço de 3,5 mil hectares.

Essas aldeias têm altos índices de suicídios (73 casos em 2013 de acordo com o Conselho Indigenista Missionário), assassinatos e mortes de crianças por desnutrição. Sem acesso à terra, parte dos indígenas acaba indo trabalhar no corte de cana. As famílias não conseguem mais manter seu modo de vida tradicional e dependem de cestas básicas para conseguir se alimentar.

O movimento indígena Aty Guasu passou a organizar ocupações de terra como estratégia para pressionar o Estado brasileiro a agir na região. Com isso, as famílias têm sofrido diversas ordens de despejos. O poder econômico e político local protelou ao máximo o processo de demarcação das terras indígenas na região.

Sem acesso às terras, ocupadas por fazendas de soja, pecuária e cana-de-açúcar, as comunidades tradicionais e pequenos agricultores têm dificuldade de se manter no campo e colaborar com a preservação do Cerrado, já que seu modo de vida depende do bioma. Mas não são só eles que veem sua vida ameaçada: se permitirmos que o modelo econômico atual destrua o “berço das águas”, onde nascem os mais importantes rios do país, o que iremos beber?

PARA SABER MAIS

ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS

■ **Central do Cerrado**

<http://www.centraldocerrado.org.br/>

Central de cooperativas sem fins lucrativos estabelecida por 35 organizações comunitárias de sete estados brasileiros, que desenvolvem atividades produtivas a partir do uso sustentável da biodiversidade do cerrado.

■ **Fórum Matro-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad)**

<http://www.formad.org.br/>

O Fórum reúne diversas entidades do Mato Grosso para propor alternativas de desenvolvimento sustentável e controle social das políticas públicas.

■ **ONG Fase**

<http://fase.org.br/>

Tem como objetivo contribuir para a construção de uma sociedade democrática e atuante em favor de alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente, com justiça ambiental e universalização de direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos.

■ **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**

<http://www.mst.org.br/>

Organizado em 24 estados nas cinco regiões do país, o movimento agrega cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. O grande objetivo do MST é conquistar a reforma agrária.

■ **Operação Amazônia Nativa (Opan)**

<http://www.amazonianativa.org.br/>

Fundada em 1969, é a primeira organização indigenista brasileira. Atua pelo fortalecimento do protagonismo indígena valorizando sua cultura por meio da qualificação das práticas de gestão de seus territórios e recursos.

■ **Rede Cerrado**

<http://www.redecerrado.org.br/>

Rede que congrega mais de 300 organizações da sociedade civil que atuam na promoção do desenvolvimento sustentável e na conservação do Cerrado.

■ Rede de Sementes do Xingu

<http://sementesdoxingu.org.br/site/>

Associação que se propõe a realizar um processo continuado de formação de coletores de sementes nas cabeceiras do rio Xingu, para disponibilizarem sementes da flora regional na quantidade e com a qualidade que o mercado demanda, formar uma plataforma de troca e comercialização de sementes e valorizar a floresta nativa.

MATERIAIS DE REFERÊNCIA

■ Luta dos xavantes de Marãiwatsédé

<http://www.maraiwatsede.org.br/>

A Terra Indígena Marãiwatsédé se tornou a mais desmatada da Amazônia Legal devido à presença de invasores não-indígenas. Cerca de 60% da área dessa terra do povo xavante foi desmatada até o ano de 2009. A luta desse povo é pela retomada de seus direitos e pela reocupação de suas terras.

■ Luta do movimento Aty Guasu

<http://atyguasu.blogspot.com.br/>

Organização comunitária que luta contra o genocídio dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul e pelo respeito aos povos guaranis-kaiowás.

■ Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)

<http://www.mda.gov.br/planapo/>

Compromisso do governo brasileiro com a ampliação e efetivação de ações que promovam o desenvolvimento rural sustentável, impulsionado pelas organizações sociais do campo e da floresta, com o objetivo de produzir alimentos saudáveis conservando os recursos naturais.

■ Publicação da Comissão Pró-Índio de São Paulo sobre os conflitos envolvendo os guaranis-kaiowás no Mato Grosso do Sul

[http://www.cpisp.org.br/indios/upload/editor/files/Conflitos%20de%20Direitos%20Sobre%20a%20Terras\[smallpdf_com\].pdf](http://www.cpisp.org.br/indios/upload/editor/files/Conflitos%20de%20Direitos%20Sobre%20a%20Terras[smallpdf_com].pdf)

Atualmente esses povos vivem a constante luta pela retomada de suas terras tradicionais, visto que grande parte de seus territórios sofreu reintegração de posse em favor de posseiros, perpetuando situação de extrema violência e desalento, com grande número de suicídios de jovens e o genocídio de centenas de índios.



Grandes Cidades

PÚBLICO OU PRIVADO:
A QUEM PERTENCE O
ESPAÇO URBANO?

NAO
A REMOÇÃO



Especulação imobiliária

É uma forma de investimento que consiste em adquirir imóveis na expectativa de que seu valor de mercado aumente no futuro. O processo de valorização está associado a investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos da região, que aumentam o interesses por tais imóveis. A especulação prejudica as cidades e a população mais pobre, encarecendo regiões e expulsando moradores. Os imóveis, portanto, passam a representar valores e deixam de cumprir sua função social de oferecer moradia.

S seja pelo alto custo de vida, pelo transporte público ineficiente, pela violência ou por várias outras questões que a maioria das pessoas enfrenta todos os dias, as grandes cidades têm se tornado espaços cada vez mais difíceis para se (con)viver. Ao longo das últimas décadas, os espaços urbanos – sobretudo em decorrência da forte **especulação imobiliária** – têm sido cada vez mais privatizados, criando formas de segregação disfarçada entre aqueles que podem e aqueles que não podem pagar.

Para piorar, as consequências do modelo hoje predominante do desenvolvimento das cidades brasileiras vão além do sofrimento cotidiano da população. A escolha do automóvel individual em detrimento do transporte coletivo, além de piorar o trânsito e aumentar o número de acidentes, eleva o volume de gases poluentes na atmosfera. A destruição das áreas verdes na cidade e em seu entorno aumenta a temperatura e favorece o fim dos rios, prejudicando o fornecimento de água. Os rios que ainda correm são contaminados pela poluição e a falta de saneamento básico, que também propaga doenças principalmente entre a população mais pobre. E se as cidades abrigam 84% dos brasileiros, segundo o Censo 2010, a adoção de alternativas renováveis de geração de energia nesses espaços é mais do que necessária.

Ou seja, construir uma cidade mais humana é também criar uma cidade mais sustentável ambientalmente.

Comitê Popular da Copa



Nesse cenário, diversas organizações e movimentos sociais têm reforçado a luta pela democratização do acesso à moradia e, sobretudo, pelo direito à cidade, o que significa ter acesso pleno e igualitário aos equipamentos urbanos, tais como transporte, habitação, fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, lazer, entre outros. Para isso, são fundamentais as ações de denúncia contra as remoções de famílias pobres para a construção de obras de infraestrutura ou mesmo empreendimentos imobiliários para a classe média alta.

Trata-se de evitar a emergência do que Raquel Ronik, urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, chamou de os “sem-cidade” – pessoas que são privadas dos direitos básicos. É uma batalha por uma vida melhor para as pessoas, sobretudo as mais pobres, mas também pelo futuro das próprias cidades.

A luta travada no meio urbano pela participação social torna-se fundamental, pois é ela que poderá garantir que a população tenha voz ativa nas decisões dos governos municipais, estaduais e federal. Como nos territórios discutidos nas outras reportagens, também nas cidades garantir que toda a população seja ouvida democraticamente na construção das políticas públicas é uma condição de partida da qual não se pode prescindir. Alinha-se com a busca por um desenvolvimento que seja mais inclusivo e, por isso, sustentável.

Não se pode deixar de discutir a sustentabilidade socioambiental nas cidades no mundo de hoje. Na avaliação do geó-



Acumulação de capital

A acumulação de capital é um fator essencial para sustentação do sistema capitalista. É a prática de centralização de riqueza baseada na exploração e no aumento de produtividade.

grafo David Harvey, em recente artigo publicado no catálogo de uma exposição do Museu de Arte Moderna de Nova York, a urbanização se tornou a principal forma de **acumulação de capital** em escala global e é essa forma de acumulação que exclui populações inteiras dos grandes centros urbanos.

Dentro dessa lógica, as cidades são governadas como empresas e competem entre si para atrair os melhores investimentos. “As cidades vendem localização e por isso vivem competindo umas com as outras por algum lugar no mercado global. Não à toa estão sendo mais e mais tratadas conceitualmente como empresas. Mas, até aqui, são empresas bastante deficitárias, tanto como produtos quanto como modos de vida”, problematiza Evanildo Barbosa, membro do Conselho Nacional das Cidades e diretor da ONG Fase, que desenvolve iniciativas que combinam estratégias de atuação nacional, regional e local para incidir concretamente na qualidade de vida das populações.

Com esta problemática em vista, a Fase atua na denúncia da privatização dos espaços urbanos e na defesa de propostas que vão em sentido contrário em conferências, no Conselho das Cidades e em mobilizações junto a outras organizações, fóruns, redes e movimentos sociais, tais como o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop). A Fase também atua junto a populações diretamente afetadas pela violência urbana e pela falta de moradia de qualidade, saneamento, transporte acessível e eficiente, educação, saúde e lazer. Para a organização, o direito à cidade vai além do acesso a políticas públicas, incluindo necessariamente a possibilidade de se pensar alternativas e de se apropriar dos espaços urbanos, avanços na organização das mulheres e a promoção da segurança alimentar e nutricional.

Também engajado na discussão das cidades brasileiras está o Observatório das Metrôpoles, organização que atua em todas as principais cidades brasileiras desenvolvendo estudos e traçando diagnósticos da configuração social, espacial e das políticas urbanas. O Observatório trabalha com a formação de estudantes e lideranças populares para que possam atuar nos espaços participativos e consigam incidir nas políticas urbanas. A rede também trabalha em parceria com organizações e movimentos sociais.

Na visão de Orlando Alves, membro da rede de pesquisadores do Observatório, pensar a cidade é pensar o próprio desenvolvimento econômico do país. “O que se percebe é que as cidades têm sido vendidas e cada vez mais utilizadas como forma de atração de investimentos internacionais. Além disso, vários serviços e equipamentos públicos têm sido privatizados. Isso

Mídia Ninja



é bastante grave porque a gestão de equipamentos públicos deveria estar subordinada à lógica da **cidadania** e não à lógica do mercado e do lucro das empresas”, avalia.

Um exemplo claro desse processo de privatização da gestão das cidades, deixando em segundo plano os direitos da maioria da população, está no modelo de Parceria Público-Privada, em que o Estado se alia a corporações para realizar grandes obras. Na avaliação de Evanildo, o modelo, que teve seu auge durante a preparação do país para receber a Copa do Mundo 2014, pode favorecer o aprofundamento das desigualdades sociais urbanas. O risco é que se enfraqueça a ação do Estado na gestão de equipamentos que são essenciais à vida e, portanto, de interesse público. Ou seja, por trás dessas parcerias, há o risco da transferência do papel do Estado para a iniciativa privada, ressalta Evanildo.

Um caso concreto aconteceu em diversas arenas esportivas construídas para a Copa, que tiveram sua construção financiada em conjunto pelo Estado e pela iniciativa privada, mas cuja ges-

Cidadania

O termo cidadania remete ao exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais determinados pela Constituição de um país. Isso inclui liberdade individual de expressão e pensamento, participação no exercício do poder político e bem-estar econômico e social, entre outros direitos interligados entre si.

Observatório das Metrôpoles





tão ficou com empresas depois de concluídas as obras. Segundo Evanildo, existe em algumas delas uma chamada “taxa de condomínio” em que os governos estaduais se comprometeram a repassar valores às empresas gestoras caso os estádios não tenham a renda esperada e programada. “E com certeza não terão essa renda porque o acesso aos estádios se elitizou”, alerta.

A Arena Pernambuco, por exemplo, administrada pela Odebrecht em um consórcio com outras empresas, não tem dado o lucro previsto. Por conta disso, no final do ano passado o governo estadual teve que repassar dinheiro público para o consórcio.

É um caso claro de repasse de dinheiro público para particulares, sem que isso tenha sido discutido anteriormente com a população. Tais escolhas deveriam ser definidas por meio de debates com os cidadãos, de forma transparente, sobretudo em relação aos recursos envolvidos. No entanto, o atual modelo de desenvolvimento, que determina a privatização da vida nas cidades, leva para outro caminho, centralizador e autoritário. “A dinâmica do capital aplicada aos espaços urbanos

Mídia Ninja



se realiza pelo consumo, por meio da oferta e venda desenfreada de bens e serviços urbanos para quem pode comprá-los”, completa o diretor da Fase.

Participação é o caminho

Para alterar esse modelo de desenvolvimento que determina a vida nas cidades, é preciso “atacar” três questões consideradas cruciais pelo professor Orlando Alves: a regulação do uso e ocupação do solo urbano; o acesso aos equipamentos públicos (creches, escolas, hospitais e bibliotecas, entre outros); e a participação da sociedade civil nos processos decisórios dos rumos das cidades.

Hoje, as três dimensões enfrentam problemas graves, do ponto de vista da construção de um modelo mais inclusivo e sustentável para as cidades brasileiras. O uso e ocupação do solo urbano, por exemplo, passam por um processo de mercantilização. Isto é, áreas são dominadas por empresas particulares

Mídia Ninja



que determinam o que fazer com aquele espaço, como a construção de *shoppings* e condomínios.

O poder público tem instrumentos para intervir nesse processo, sendo o mais importante deles, ao nível municipal, o Plano Diretor, lei que determina como deve ser o uso dos espaços nas de uma cidade. No entanto, os interesses das grandes empresas exercem forte capacidade de influência nas câmaras de vereadores, pressionando para que as alterações feitas nos planos a cada dez anos atendam a seus interesses, muitas vezes contrários aos da maioria da população.

Para evitar que esse tipo de processo se estabeleça, o uso dos espaços comuns e públicos deveria ser discutido com todos os habitantes da cidade, por meio da criação de espaços democráticos de participação. Isto se torna tanto mais central na medida em que a cidade tem sido apropriada pelos interesses econômicos. “Vemos diversos exemplos de projetos de revitalização, como o Porto Maravilha no Rio de Janeiro, que atendem o capital imobiliário e as grandes corporações, e não os cidadãos”, explica Orlando.

Essa dinâmica têm levado à expulsão das pessoas mais pobres das regiões mais valorizadas das cidades – justamente aquelas que dispõem de mais equipamentos urbanos necessários para o bem-estar e qualidade de vida.

A participação de todos, ricos e pobres, nos processos decisórios das cidades, ou seja, a gestão democrática dos espaços urbanos, é fundamental para que o interesse público prevaleça. “A participação social é a alavanca da possível mudança que necessitamos para o desenvolvimento sustentável. O cidadão é crucial não somente nas suas ações diárias, dotadas de uma capacidade de transformação silenciosa, mas também influenciando as políticas em busca de um desenvolvimento mais justo e inclusivo”, avalia Cecília Esteve, arquiteta e urbanista da ONG Cidade, de Porto Alegre (RS).

Para tentar promover o desenvolvimento sustentável de Porto Alegre, o Cidade está iniciando em 2015 o projeto “Fazer é Pensar: Que Cidade Queremos?”. Trata-se de uma série de iniciativas divididas em dez temáticas, que vão de Patrimônio Histórico e Planejamento Urbano, até Resíduos Urbanos. O projeto também prevê o desenvolvimento de uma rede de articulação entre cidadãos, movimentos sociais, acadêmicos, profissionais e grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. “A rede é fundamental para aproximar grupos com as mesmas necessidades ou com trabalhos e ideologias complementares, fortalecendo a todos e ao desenvolvimento sustentável da cidade”, explica Cecília.

A institucionalização da política urbana

O Brasil avançou em relação à defesa do direito à cidade, sobretudo de forma institucional, graças à luta de movimentos populares, organizações da sociedade civil, entre outros atores que compõem o Fórum Nacional de Reforma Urbana. O FNRU reúne movimentos populares, organizações não-governamentais, associações de classe e instituições acadêmicas e de pesquisa em torno da defesa da reforma urbana, da gestão democrática e da promoção do direito à cidade.

Como principal expressão do movimento nacional pela reforma urbana, o FNRU foi importante protagonista em várias conquistas da história urbana do nosso país: na elaboração da emenda constitucional de iniciativa popular em torno do capítulo de política urbana durante a Constituinte de 1987-1988; na discussão e aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, que regulamentou os instrumentos que definem a função social da cidade e da propriedade; na elaboração do Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que reuniu 1 milhão de assinaturas e foi sancio-

Comitê Popular Copa



Mídia Ninja



nado pelo governo Lula, em 2005, depois de mais de 10 anos de tramitação; e na criação do Ministério das Cidades, em 2003.

Contudo, quando se trata de colocar em prática grandes projetos urbanos, o país pouco incorpora os avanços institucionais e incorre, rotineiramente, na violação de direitos. “Temos visto que grandes projetos – caso das obras para a Copa do Mundo de 2014 – não incorporaram os instrumentos do Estatuto da Cidade, não pensaram a cidade no viés do direito e da inclusão social. Isso significou violações do direito à moradia e do direito à informação, a ausência de participação da sociedade na tomada de decisões e a insuficiência de projetos de mobilidade de interesse social, entre outras questões”, argumenta Orlando Alves, do Observatório das Metrôpoles.

O desafio para o país nesse exato momento, de acordo com Alves, é garantir a discussão democrática desses grandes projetos urbanos e tornar obrigatória a incorporação dos instrumentos do Estatuto da Cidade nessas intervenções, como as habitações de interesse social. “No caso dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, o processo está em curso, através de famílias removidas, da falta de transparência, etc. É possível reparar danos

nesse caso. O Estado pode discutir os processos de remoção – nos casos em que ela for inevitável –, fazer um reassentamento chave por chave com garantia de direitos, construir espaços de fóruns para debate, entre outras ações”, explica.

A existência do Ministério das Cidades não significa ter planejamento urbano, na avaliação de Evanildo, da Fase e também membro do Conselho Nacional das Cidades. O Ministério das Cidades foi pensado para organizar, no governo federal, a dispersão que sofria o conjunto de ações, programas e recursos ligados às cidades. “O que se esperava era um fortalecimento do planejamento urbano, feito com participação e controle social. Mas isso não se concretizou e, atualmente, do meu ponto de vista, retrocedeu em muitos pontos”, avalia o diretor da Fase.

Hoje o Ministério das Cidades não coordena, não elabora e nem executa as principais diretrizes e recursos existentes para as cidades como, por exemplo, os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um dos carros chefes do governo federal. “O PAC foi concebido na Casa Civil, na Secretaria Geral da Presidência. Em nenhum momento tivemos a oportunidade de dialogar sobre o programa no Conselho das Cidades”, relata Evanildo.

Mobilidade

O aumento das tarifas do transporte público no início de 2015 em diversas cidades brasileiras retoma o debate sobre a crise de mobilidade urbana no Brasil. O que se vê são aumentos indiscriminados das passagens, falta de transparência nos contratos entre prefeituras e empresas de transporte, acidentes diários e mais engarrafamentos, resultantes da opção pelo modelo de transporte individual em detrimento do coletivo. Parte da população foi novamente para as ruas em protesto – caso do Movimento Passe Livre em São Paulo –, o que nos faz lembrar as manifestações que tomaram o país em **junho de 2013**, além de protestos em várias partes do mundo centrados na questão urbana.

O transporte público é um vetor de inclusão social e seu bom funcionamento pode ser um indicador de baixa desigualdade social, na avaliação de Cecília. A ampliação de viagens por transporte público em detrimento do individual motorizado ampliaria a qualidade de vida das pessoas e reduziria a poluição sonora, ambiental, visual e os acidentes de trânsito.

No entanto, dados do Observatório das Metrópoles mostram que o caminho escolhido pelo país até aqui tem sido o inverso. O Brasil terminou o ano de 2012 com uma frota total

Jornadas de junho

Grandes manifestações de rua nas principais cidades brasileiras motivadas inicialmente pelo aumento na tarifa dos transportes públicos, pauta principal do Movimento Passe Livre. As manifestações foram um marco político e democrático para o país devido ao imenso volume de pessoas que ocuparam as ruas após a violenta repressão policial contra o protesto do dia 13 de junho, em São Paulo. Os eventos ganharam intensa e contraditória repercussão na grande mídia, levantando o debate sobre a democratização da comunicação.

de 76.137.125 veículos automotores. Desde 2001, a quantidade de automóveis mais que dobrou, passando de 24,5 milhões (2001) para 50,2 milhões (2012). Em São Paulo, no período 2001/2012, o acréscimo foi superior a 1 milhão; no Rio de Janeiro, a frota de motocicletas quadruplicou, passando de pouco mais de 98 mil para 472 mil.

É fundamental mudar essa lógica, direcionando maciçamente os investimentos públicos para a criação de sistemas de transporte coletivo diversificados, com especial foco nos meios sobre trilhos – trem, metrô e o Veículo Leve sobre Trilhos, semelhante ao antigo bonde –, que são menos poluentes e mais eficientes para grandes massas de pessoas. Medidas para desestimular o uso do automóvel individual (como o rodízio estabelecido em São Paulo) e dar prioridade para os ônibus, como a criação de corredores exclusivos, apontam na mesma direção, bem como a criação de ciclovias e o incentivo ao uso de bicicletas como alternativa de mobilidade urbana.

“Isso implica abandonar a centralidade do automóvel em nossa civilização – e do transporte rodoviário. A prioridade para o automóvel está inviabilizando as cidades, aumentando o aquecimento global, a poluição ambiental e as doenças respiratórias, prejudicando o ser humano”, afirma Ivo Lesbaupin, diretor-executivo da Abong, no artigo “Por novas concepções de desenvolvimento”, de maio de 2012.

Outro problema relacionado com o transporte é o fato de a moradia ser distante do trabalho das pessoas. “A moradia hoje em dia é produzida para segregar cada vez mais diferentes populações e não para incluir. As políticas atuais promovem a **gentrificação** de áreas centrais e a expulsão contínua de populações historicamente marginalizadas”, explica a urbanista da ONG Cidade.

Políticas de moradia que visem à inclusão dessas pessoas no centro urbano são vetores de diminuição da desigualdade social e de inclusão da população, além de melhorarem a qualidade de vida dos cidadãos, que teriam que se deslocar menos. Porém, o transporte público e a moradia são em muitos casos “ferramentas” de políticas mais segregacionistas do que inclusivas.

Para alterar esse quadro de exclusão da população de baixa renda é necessária uma série de ações do poder público e também de grupos de resistência, como os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil. “Os governos devem primeiramente parar e reverter esse processo de venda dos espaços das cidades. É preciso uma regulação pública e transparente das decisões que são tomadas”, avalia o professor Orlando.

Gentrificação

Gentrificação é o processo de expulsão da população pobre de uma determinada região das cidades devido à hipervalorização de imóveis e, conseqüentemente, aumento no custo de vida. Está diretamente relacionada, portanto, à especulação imobiliária. Além de encarecer a vida urbana, a gentrificação potencializa problemas como congestionamentos e fechamento de negócios tradicionais que sobreviviam com as compras feitas por moradores da região, além de privar o acesso dos cidadãos mais pobres ao seu direito de moradia e bem-estar econômico e social.

Breno Procópio - Observatório



Direitos básicos

Um exemplo de falta de participação social e transparência é o caso da Sabesp — Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. O estado passa por sua maior crise de falta de água dos últimos 80 anos e a população não foi corretamente informada a respeito. Principal foco da crise, o sistema Cantareira, que atende 8,8 milhões de pessoas na Grande São Paulo, esgotou seu volume útil de água em julho de 2014 – desde então, a população tem sido atendida pelo chamado “volume morto”, também em níveis muito baixos. O desabastecimento total é uma possibilidade real.

Mesmo assim, o governo estadual e a empresa, responsáveis pelo processo, negaram a necessidade de qualquer medida antes da situação chegar a uma espécie de racionamento velado,

em que a Sabesp reduz a pressão nos canos e deixa bairros e municípios sem água por dias. Ao mesmo tempo, há uma lista de “clientes premium”, empresas com contratos especiais com a Sabesp que pagam menos quanto mais água consomem.

A prioridade para interesses particulares frente aos da população como um todo é um dos sintomas de um modelo que optou por privatizar a Sabesp – e junto com ela, a gestão hídrica do estado. E tudo sem a menor transparência. Desde 2002, a empresa negocia ações nas Bolsas de Valores de Nova York e São Paulo. Mas os dados relacionados ao lucro da Sabesp não constam no site da companhia. Assim, como não estão disponíveis os dados relativos aos clientes premium – apenas alguns jornalistas tiveram acesso ao dado por meio da Lei de Acesso à Informação.

A falta de transparência em relação aos investimentos e decisões da Sabesp são questionados pela Aliança pela Água, rede formada por mais de 40 entidades da sociedade civil desde outubro de 2014. A degradação dos mananciais e fontes de água são apontadas como algumas das causas da grave crise pelas organizações, que reforçam a importância da participa-

Mídia Ninja



Mídia Ninja



ção social nas questões envolvendo a gestão da água.

As entidades apresentaram um manifesto com propostas para enfrentar a crise, propondo que a gestão hídrica seja norteada por três princípios: reconhecer que a água é um direito humano e, portanto, não pode ser tratada como mercadoria; a responsabilidade sobre a água é de todos os governos e estes prestam serviço à população; e, por fim, que os planejamentos hídricos têm que abranger a recuperação e recomposição de mananciais e fontes de água.

Também para articular e fomentar o diálogo surgiu a Aliança Resíduo Zero Brasil (ARZB), lançada por diversas organizações da sociedade civil em 2014. A rede busca o diálogo e a participação social para estimular governos, empresas e cidadãos a eliminarem os resíduos sólidos que hoje são descartados em lixões e aterros sanitários. A iniciativa está ligada à Rede Internacional Zero Waste.

De acordo com Elisabeth Grimberg, coordenadora da área de resíduos sólidos do Instituto Pólis, a geração de resíduos sólidos está ligada à lógica de produção e de consumo. A decisão sobre o tema fica centrada no setor produtivo, isto é, nas empresas. “Cada vez mais os bens de consumo, como carros e computadores, são feitos com materiais que se tornam obsoletos em pouco tempo. As empresas têm condições de desenvolver

materiais mais sustentáveis e duráveis”, explica Elisabeth. Isto faz com que se produza mais, se consuma mais e, consequentemente, haja mais resíduos.

A Aliança considera como prioritária a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em vigor desde 2010, já que a mesma têm diretrizes e instrumentos que indicam como o setor público e privado devem agir. “Está previsto o compartilhamento de responsabilidades, a divisão dos custos deste padrão de geração de resíduos”, relata a coordenadora do Instituto Pólis.

Outro ponto importante previsto na PNRS e defendido pela aliança é a inclusão social das catadoras e catadores de material reciclável, que realizam o trabalho de coleta e separação destes materiais, apesar de não terem condições decentes de trabalho. As prefeituras são responsáveis por formalizar e dar condições de trabalho para esta categoria, de acordo com a PNRS.

Na avaliação de Elisabeth, a PNRS aponta caminhos para cidades mais sustentáveis e socialmente incluídas. Contudo,

Fotos: MTST - Mídia Ninja



ainda falta muito para a política ser implementada.

Outro grande problema das cidades brasileiras é o consumo e a geração de energia. Concentrando a grande maioria da população, os meios urbanos são os maiores consumidores de eletricidade, produzindo impactos que vão muito além de suas ruas. O aumento do consumo, concentrado nas cidades, é a maior justificativa do governo para a construção de novas hidrelétricas em diversas regiões, em especial na Amazônia, com impactos pesados para as populações locais e o meio ambiente.

No entanto, as cidades têm potencial para passar de consumidoras a geradoras de energia, oferecendo alternativas sustentáveis e diminuindo a dependência do país das hidrelétricas. Um exemplo vem de Juazeiro, município de cerca de 200 mil habitantes na Bahia. E passa pelo principal programa de habitação do governo federal: o Minha Casa Minha Vida.

Foi construído na cidade um empreendimento com mil casas, todas com painéis solares que geram energia elétrica para consumo das residências e, de quebra, despejam o excedente na rede nacional. Resultado: além de abastecer todas as casas, as famílias estão tendo uma renda de cerca de R\$ 80,00 ao mês vendendo energia elétrica. O projeto dos painéis solares é uma parceria do fundo socioambiental da Caixa Econômica Federal com a empresa Brasil Solair e recebe apoio de organizações da região. “Estamos propondo a governos estaduais, municipais e federal que façam isso em todo Nordeste, nos programas de habitação, nos assentamentos, nas casas. Mas aí prevalece o interesse das grandes empresas”, relata Roberto Malvezzi, escritor e voluntário na Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Juazeiro.

Este relato é mais uma evidência da necessidade de se promover uma participação efetiva da população na definição de políticas públicas. É necessário ouvir as pessoas, por meio de processos transparentes e participativos de planejamento dos espaços urbanos. “Os espaços de participação devem ser deliberativos quando se tratar de assuntos relacionados aos investimentos, políticas e projetos que dizem respeito à cidade” acrescenta o integrante do Observatório das Metrópoles. As soluções podem, quando necessário, ser regionais e metropolitanas para resolver problemas que ultrapassam as fronteiras das cidades.

Fundamentalmente, é necessário deixar de lado a visão do espaço público como algo a ser negociado, e assumi-lo como o território onde acontece a vida da imensa população do meio urbano. O bem estar da população deve ser construído coletivamente, de forma cooperativa e não competitiva. As cidades não são empresas e não devem ser tratadas como tal.

PARA SABER MAIS

ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS

■ Aliança pela Água

<http://aguasp.com.br/>

A Aliança pela Água é uma coalizão da sociedade civil formada por mais de 40 entidades reunidas desde outubro de 2014 para alertar e apresentar propostas que ajudem o estado de São Paulo a lidar com a crise de abastecimento hídrico e construir uma nova cultura de uso, economia e conservação de água.

■ Aliança Resíduo Zero Brasil (ARZB)

<http://polis.org.br/wp-content/uploads/Alisan%C3%A7a-Res%C3%ADduo-Zero-Brasil1.pdf>

Reúne diversas organizações da sociedade civil para estimular governos, empresas e cidadãos a discutirem formas adequadas de lidar com os resíduos que hoje são descartados em lixões e aterros sanitários.

■ Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop)

http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=366&Itemid=279

Reúne representantes dos Comitês Populares da Copa das cidades-sedes do evento realizado em 2014, numa ampla rede de organizações, movimentos populares, sindicatos e outros atores, com protagonismo das comunidades afetadas, para monitorar as intervenções públicas e privadas e articular ações em torno da defesa dos cidadãos/ãs prejudicados/as.

■ Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)

<http://www.forumreformaurbana.org.br/>

O Fórum Nacional de Reforma Urbana é um grupo de organizações não-governamentais, movimentos sociais, associações de classe e instituições de pesquisa que lutam por políticas que garantam direitos básicos como moradia de qualidade, água e saneamento e transporte acessível e eficiente.

■ Instituto Pólis

<http://polis.org.br/>

Organização não-governamental dedicada ao estudo e formulação de políticas públicas municipais e estratégias de desenvolvimento local. Atua na construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas, desenvolvendo ações em busca da reforma urbana, da democracia e participação social, da inclusão e sustentabilidade e da cidadania cultural.

■ Movimento Passe Livre (MPL)

<http://www.mpl.org.br/>

Movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, presente em diversas cidades brasileiras, que luta por um transporte público gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada.

■ Observatório das Metrôpoles

<http://www.observatoriodasmetrolopes.net>

Grupo que reúne 159 pesquisadores e 59 instituições dos campos universitário, governamental e não-governamental, sob a coordenação geral do IPPUR-UFRJ, para discutir questões urbanas relacionadas a 14 metrôpoles brasileiras.

■ ONG Cidade

<http://ongcidade.org/site.php>

Trabalha desde 1987 em Porto Alegre pelo direito à cidade, que inclui buscar a garantia do direito à cidadania, à cidade, à moradia e à autonomia dos movimentos populares, além de contribuir para a participação efetiva da população na gestão dos espaços urbanos.

MATERIAIS DE REFERÊNCIA

■ Conselho Nacional das Cidades

<http://www.cidades.gov.br/index.php/o-conselho-das-cidades.html>

Criado em 2004, o Conselho das Cidades é um órgão deliberativo do Ministério das Cidades com objetivo de intensificar a participação da sociedade brasileira na consolidação das políticas públicas para estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e também acompanhar a sua execução.

■ Estatuto da Cidade

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

Lei aprovada em 2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana do país, numa tentativa de democratizar a gestão das cidades brasileiras. O Estatuto reúne importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que visam ao desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

■ Artigo: “Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade”

Por Ermínia Maricato e Orlando Alves dos Santos Junior

http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/partic_democratica_e_direito_a_cidade.pdf

■ Artigo: “Por novas concepções de desenvolvimento”

Por Ivo Lesbaupin

<http://www.abong.org.br/biblioteca.php?id=7856&it=7875>

■ Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities (Artigo “Crescimento desigual: Urbanismo tático para Expansão Megacidades”)

Por David Harvey

<http://www.artbook.com/9780870709142.html>

DIRETORIA EXECUTIVA GESTÃO 2013/2016

Adriana Ramos Instituto Socioambiental
Ivo Lesbaupin ISER Assessoria – Religião, Cidadania e Democracia
Raimundo Augusto de Oliveira (Cajá) EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares
Damien Hazard Vida Brasil-BA
Vera Maria Masagão Ribeiro AÇÃO EDUCATIVA – Assessoria, Pesquisa e Informação

REPRESENTANTES ESTADUAIS

RIO GRANDE DO SUL

- **Mauri José Vieira Cruz**
CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional
- **Vitor Hugo Hollas**
CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

SÃO PAULO

- **Paulo Roberto Padilha**
Instituto Paulo Freire
- **Alexandre Isaac**
CENPEC - Centro de Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária

RIO DE JANEIRO

- **Eleutéria Amora da Silva**
CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora
- **Wanda Lucia Branco Guimarães**
Centro de Promoção da Saúde - CEDAPS

BAHIA

- **Edmundo Ribeiro Kroger**
CECUP – Centro de Educação e Cultura Popular
- **Fabiane Brasileiro**
AVANTE - Avante Qualidade, Educação e Vida

PERNAMBUCO

- **Alessandra Nilo**
Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero

TOCANTINS

- **Sílvia Patrícia da Costa**
CDHP - Centro de Direitos Humanos de Palmas

PARÁ

- **João Daltr Paiva**
APACC – Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes

ACRE

- **Maria Jocileide Lima de Aguiar**
RAMH - Rede Acreana de Mulheres e Homens

PARANÁ

- **Adreia Fiorese Vansetto Soares**
ASSESSOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

SANTA CATARINA

- **Natal João Magnanti**
Centro Vianeí de Educação Popular

EQUIPE

Desenvolvimento Institucional
Helda Oliveira Abumanssur

Administrativo
Marta Elizabete Vieira e
Fabio Alves Fernandes

Comunicação
Amanda Proetti e Marcela Reis

Relações Internacionais
Maíra Villas-Bôas Vanuchi e
Rafael Mignoni

Coordenadora de Capacitação
Renata Pistelli

Observatório da Sociedade Civil
Nicolau Soares

Assistente de Projetos
Carolina de Moura Barbat

Caminhos para um desenvolvimento justo

Reportagem e Redação
Bianca Pyl

Edição
Nicolau Soares

Apoio editorial
Nana Medeiros e Marcela Reis

Revisão
Maurício Ayer

Fotos cedidas pelas ONGs

Projeto gráfico e diagramação
Tadeu Araújo

Qual a relação entre a falta de água em São Paulo e um projeto de manejo de castanha no Pará? E o que tem a ver o uso abusivo de agrotóxicos nas lavouras de Mato Grosso com as cisternas que matam a sede no sertão do Piauí?

Mais importante: o que essas questões de fundo ambiental têm a ver com você?

O Observatório foi conhecer iniciativas de movimentos e organizações da sociedade civil de todo o país que estão produzindo impactos efetivos na sociedade, promovendo justiça social e a convivência harmônica com o meio ambiente.

Em quatro reportagens, veem-se os contornos de novos modelos de desenvolvimento, que deixem de lado o consumismo e valorizem a democracia, a participação social e o saber local



Apoio

